

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53

**ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –
CONSEMA**

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e dois realizou-se a Quadragésima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, no auditório – Espaço Verde – sala 1107, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Cláudio Roberto Bertoldo Langone**, Representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; e Presidente do Conselho; **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva**, Secretário Executivo do CONSEMA; **Sr. Salzano Barreto**, Representante da Secretária da Saúde; **Drauto Luiz Oliveira**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Silvio Barbosa dos Reis** e **Sr. Antônio Ernani Martins Lima**, Representantes do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sra. Mara Sasso**, Representante da Secretária de Educação; **Sra. Teresinha Guerra**, Representante Suplente da Instituição Universitária Pública – UFRGS; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Alexandre Bugin** e **Sr. Ricardo Litwinski Süffert**, Representantes, Titular e Suplente, dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Luiz A. P. Rampazzo**, Representante Suplente do Centro de Estudos Ambientais; **Sr. Luiz Felipe Kunz Junior**, Representante Titular do DEFAP; **Sr. Arno Leandro Kayser**, Representante Titular do Movimento Roessler; **Sr. José Luiz Diniz Barradas**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Titular da AGAPAN. Participaram também o Sr. Jean Pierre Schaun, Sr. Marcelo Pinhler, Sr. Roberto Villar e Sr. Paulo Alves, do Projeto Pró-Guaíba, Ronnie Schroeder, da Secretaria de Turismo, Tatiana de la Torre e Abner Gomes, do Gabinete da Deputada Cecília Hypólito, Sr. Paulo Fernando Maier Souza, do SUPRG, Sr. Lélío Luzardi Falco, do Fórum dos COREDES e Sr. Silvio Botelho da SEMA. A abertura dos trabalhos foi presidida pelo Sr. Presidente do CONSEMA, Sr. Cláudio Langone. **Sr. Presidente:** Boa-tarde, sejam bem-vindos. Vamos dar início aos trabalhos da 40ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Vamos às comunicações recebidas, formalmente, pela Presidência: Ofício da Secretaria da Cultura, comunicando que o Sr. Claudio Knierm representará a Secretaria da Cultura, em substituição à senhora Rosângela dos Santos; Ofício do Secretário de Coordenação e Planejamento apresentando o Sr. Antônio Lima para representá-lo nesta reunião; Ofício da SEDAI informando que por motivos de força maior a Engenheira Marta Marchiori Dias não poderá comparecer a esta reunião. Ordem do Dia: **1 – Aprovação da Ata da Trigésima Nona Reunião Ordinária do CONSEMA; 2 – Apresentação dos Programas: 1º) Prodetur; 2º) Pró-Guaíba; 3º) Pró-Mar-de-Dentro; 3 – Assuntos Gerais.** Alguma proposição modificativa da Ordem do Dia? Passamos à apreciação do primeiro ponto de pauta da Ordem do Dia. **1 – Aprovação da Ata da Trigésima Nona Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr. Arno Leandro Kayser:** Na linha 387 diz: “Nós, Amigos da Terra, como a ASSECAN”, é “ACECAN”; na linha 781 diz assim: “.. Maria Lui Roessler”. E é neta de Henrique Roessler”. **Sr. Presidente:** Correto, Conselheiro Arno, será modificado. Palavra à disposição. Não havendo mais manifestações, damos por aprovada a Ata da 39ª Reunião, com as modificações sugeridas pelo Conselheiro Arno, sem prejuízo de que sejam encaminhadas correções de forma à Secretaria Executiva do Conselho. Quero registrar, em primeiro lugar, e agradecer a presença do Secretário Milton Zuanazzi, que está acompanhado pelo Dr. Bonnitz e, também pelo Silvio, da Secretaria de Coordenação e Planejamento, que compõem a equipe do Prodetur. Nós tivemos na data originalmente prevista para a reunião, a impossibilidade de comparecimento da SETUR, e combinamos então uma nova data que permitisse a presença do Secretário Zuanazzi para uma apresentação mais completa deste Programa. A nossa proposição de dinâmica para isso, tendo em vista que a proposição original de inclusão na pauta foi de tratativa dos três programas em conjunto, é de que fizessemos a apresentação de cada um dos programas, abertura de espaço para perguntas e esclarecimentos e, após a apresentação dos três programas e esclarecimentos, nós passaremos a uma discussão conjunta dos três programas, uma rodada de discussão conjunta. Há concordância de parte do Plenário com esta dinâmica? Já antecipo que o Secretário Zuanazzi não poderá permanecer conosco durante todo o tempo, estará aqui na apresentação e nos esclarecimentos, mas o Bonnitz e o Silvio estarão aqui até o final da nossa discussão. Então, passamos, de imediato, a palavra ao Secretário Zuanazzi para apresentar o Prodetur. **Sr. Milton Zuanazzi:** Secretário Langone, Presidente da FEPAM, Nilvo, Conselheiros do CONSEMA. Para mim é um prazer muito grande estar participando desta

54 reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente e apresentar este Programa que já está, digamos, numa
55 fase bastante avançada nas discussões para a sua viabilização. E é importante que a gente apresente ao
56 Conselho, antes que batam os martelos devidos, até porque foi uma preocupação bastante importante
57 fazermos um programa de desenvolvimento do turismo e de investimentos em infra-estruturas turísticas, mas
58 que tivesse dentro de uma idéia de sustentabilidade, de preservação do meio ambiente, de diminuição de
59 impactos possíveis, enfim, que nós pudéssemos, com essas ações, pois é um investimento bastante
60 importante para o Estado do Rio Grande do Sul, estar trazendo turismo para cá, mas conservando o possível
61 impacto que uma movimentação de pessoas, deste porte, trariam. Em primeiro lugar, é importante salientar
62 que o Prodetur Sul não é um programa do Rio Grande do Sul, mas sim um programa dos quatro Estados do
63 sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e nós. Então, ele tem uma visão de integração
64 desses Estados, uma visão macrorregional, e portanto, também com uma inserção no Mercosul dentro de
65 uma visão maior de América do Sul. Ele também é consequência do Prodetur Nordeste 1, e consequência
66 que digo, na forma de captação, ou seja, foi feito um programa regional no nordeste e buscava-se esta linha
67 de financiamento junto ao Banco Interamericano. E ele também é uma consequência no sentido de que
68 houve muitos erros lá no nordeste. Estamos tentando saná-los, na sua totalidade, no Prodetur Sul. Então,
69 somos o primeiro programa depois do Prodetur Nordeste 1. Portanto, o próprio BID tem uma certa visão
70 crítica de algumas coisas que foram feitas lá na região nordeste. E até, digamos, algumas por uma certa
71 pressão política ou até por uma falta de experiência daqueles que trabalhavam o programa 1, lá no nordeste,
72 com uma experiência, que eu diria, incasada, o turismo com as questões ambientais e com as questões de
73 desenvolvimento. Acho que já temos um pouco deste acúmulo, desta experiência, que, sob alguns aspectos,
74 trouxeram alguns problemas no nordeste. Não a totalidade do programa, mas algumas das obras lá
75 investidas, hoje há uma visão crítica rigorosa destes investimentos. Outra coisa que quero salientar é que o
76 Prodetur trabalha em cinco eixos de investimentos: o primeiro eixo é em estradas, acessos; segundo eixo: em
77 aeroportos; terceiro eixo: em saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos e destinação de lixo;
78 quarto eixo: é recuperação de patrimônio histórico e o quinto eixo é formação e qualificação de mão-de-
79 obra. Trabalhamos basicamente nestes cinco itens. O programa, em linhas gerais, em números, são US\$200
80 milhões de dólares para o Rio Grande do Sul, sendo a metade disso em financiamento do BID e a outra
81 metade em contrapartidas, 40% da contrapartida é do Estado e 10% da União. Portanto, com certeza,
82 teremos US\$100 milhões de dólares de investimentos, e aí as contrapartidas podem ser de obras que já estão
83 em andamento. Desde o início do programa, o BID insistiu que focalizássemos o desenvolvimento turístico,
84 e não espalhássemos uma obrinha em cada canto do Estado. E ele foi trabalhado com a idéia de eixos, e
85 temos aí um eixo litorâneo, do Chuí a Torres, passando pela região da Lagoa dos Patos, Porto Alegre, que
86 chamamos de eixo Litoral-Lagoas. Um outro eixo é o da serra, que no Prodetur é chamado de Eixo dos
87 Tropeiros, pegando uma idéia de Viamão e subindo até Curitiba, região do Alto da Serra. Outro eixo, é o
88 Eixo Oeste, que pega as nossas missões, regiões hidrominerais, e sobe rumo a Foz do Iguaçu indo até a
89 região de Bonito, no Mato Grosso. Esses são os três grandes eixos do programa, e isso já é algo decidido,
90 não tem mais como se modificar, e já está acertado inclusive com o Banco Interamericano, o Ministério de
91 Esporte e Turismo e nós. Depois, se for se pensar no Prodetur II, vamos trabalhar em outras regiões do
92 Estado. O Litoral-Lagoas é mais ou menos esta região aqui, Piratini e Rio Pardo, que estão no programa, não
93 porque possuam litoral ou lagoas, mas pela questão do patrimônio histórico. E foram vinculados a esta
94 macrorregião. Os demais, sim, tem a ver, com a questão litorânea, tanto a parte interna das lagoas, quando a
95 parte de mar, inclusive leia-se a questão de Porto Alegre. E o que está previsto na Região Litoral-Lagoas? O
96 saneamento básico, o programa tem um investimento bastante forte nesta área, principalmente nesta região,
97 e ainda não está decidido quais são as praias ou as cidades beneficiadas. Depois vou explicar porque não
98 está decidido, mas será um investimento bastante grande. A revitalização do Porto Velho, de Rio Grande, a
99 parte antiga do porto, há um projeto de revitalização por concurso público, que a Secretaria da Cultura fez, e
100 já tem os vitoriosos desse concurso, e revitalizaríamos aquela área, do ponto de vista do patrimônio histórico
101 e arquitetônico, tornaríamos aquela área do Porto Velho uma área mais de lazer. Tem revitalização do
102 patrimônio histórico também nesta região, é uma região com muitas possibilidades, principalmente Pelotas,
103 Jaguarão, Rio Grande, Piratini, Rio Pardo e Porto Alegre também, e esta região recebia, em princípio, duas
104 estradas. Agora, uma está praticamente concluída, até Itapuã. Está discutindo-se entre Itapuã e o Parque
105 Estadual do Itapuã. Mas, na verdade, a única estrada prevista é o acesso à Arambaré- Camaquã, e daquelas
106 praias da lagoa é a única cidade que não tem um acesso asfáltico, e isso é uma obra já licitada e inclusive
107 com licenciamento ambiental. Aliás, praticamente todas estas obras que nós elencamos, que não têm

108 licenciamento, está em pedido de licenciamento na FEPAM. O plano de manejo da Lagoa do Peixe, e isso é
109 muito importante, porque tem toda uma discussão naquela região sobre a questão da Lagoa do Peixe. E há
110 um plano de manejo que foi feito pela FURG, de Rio Grande, mas teremos que fazer uma discussão naquela
111 comunidade regional, até porque o programa da desapropriação daquela área está ainda praticamente intacto,
112 e vocês sabem que aquela é uma reserva federal, não está diretamente vinculada a nós, e nós estamos
113 tentando com aqueles 10% de recursos do Governo Federal introduzir a questão do plano de manejo da
114 Lagoa do Peixe. Essa questão de Itapuã-Lami que praticamente até Itapuã está pronta a estrada, ou vai virar
115 contrapartida do Estado, podem ser recursos que o Estado colocaria em contrapartida, ou nós faremos aí
116 uma discussão da extensão deste trajeto. E a idéia de ter uma marina em Rio Grande. Na Lagoa dos Patos é
117 muito interessante, inclusive Porto Alegre, temos uma imensa área de lagoas, mas a utilização delas está
118 reservada a quem é sócio de alguns clubes, e os acessos públicos à lagoa são muito restritos. E se reclama
119 muito um acesso ao Rio Grande do Sul, principalmente do pessoal que faz essas viagens oceânicas,
120 praticamente não ingressam aqui no Rio Grande do Sul pela falta de uma marina pública. Porto Alegre fez
121 essa marina aqui no Gasômetro, que é pública, a idéia é de ter um acesso, em Rio Grande, junto aos molhes
122 da Barra. Na área onde se pega as vagonetas para visitar os molhes, há um projeto já feito pelo pessoal do
123 Super Porto de Rio Grande, e a idéia de instalação de uma marina ali. O único problema ali é a questão da
124 Marinha, dos acessos de navios. E parece que do ponto de vista ambiental e de outros interesses, estaria
125 mais ou menos resolvido. Se não for ali, será estudada uma nova posição, no Rio Grande do Sul, de se
126 estabelecer uma marina para recepção desses barcos veleiros oceânicos, que, em geral, transitam na nossa
127 costa e param todos praticamente em Buenos Aires ou Punta del Leste pela falta de um acesso nosso. E
128 depois temos recursos, que é a quinta parte do programa de desenvolvimento institucional e qualificação
129 profissional. Vamos colocar uma grande força na qualificação profissional, porque o turismo é receptivo, e o
130 receptivo é trabalhar com seres humanos, com guias especializados, com treinamento, e profissionalizar o
131 setor é fundamental, inclusive do ponto de vista de diminuição de quaisquer impactos. A próxima área é a
132 Área da Serra, e esta já está inclusive com um problema um pouco mais adiantado, porque no Prodetur foi
133 estabelecida uma ordem de prioridades. E a ordem foi dada: Região da Serra, Região das Missões e a Região
134 Litoral-Lagoas. Esta ordem é para cumprir etapas, pois elas vão chegar juntas. E já realizamos aquilo que o
135 BID chama de marco lógico, aqui na Região da Serra, e estamos prontos para realizar o das Missões. Esse
136 marco lógico, quem tem experiência na captação de financiamentos com bancos internacionais conhece, é
137 uma espécie de grande funil onde elencamos todas as obras que queremos ver contempladas. Não quer dizer
138 que todas depois serão aprovadas no decorrer do processo. A região, aqui, na verdade, tem uma ligação com
139 o litoral, principalmente pelo acesso pela Rota do Sol. E nós entendemos que a Rota do Sol, pelo menos
140 sempre defendi, agora é tarde, é essencialmente uma estrada turística, e quando foi concebida para uma
141 estrada de carga, de peso, de movimento de grande porte, tornou-a problemática, sob todos os aspectos
142 ambientais, mas também sobre aspectos de custos. Enfim, ela foi feita, e é uma estrada que está em
143 andamento, e todos os recursos que estamos elencando para ela no Prodetur é para a variante ambiental, que
144 são aqueles 4.800 metros da variante ambiental, que seriam feitos pelo Prodetur. Os demais recursos estão
145 sendo feitos com os recursos do Estado e agora numa linha com o Banco Mundial, aqui na parte baixa da
146 serra. Nós ficaríamos com o encargo desta variante ambiental que vai custar em torno de US\$28 milhões de
147 dólares, pois acredito que a maioria de vocês saiba, além de serem praticamente túneis e viadutos, a variante
148 não tem quase trânsito por terra, ela também tem toda uma restrição ao manejo destes túneis, a pedra, onde
149 se localizará, as distâncias aqui da Região da Serra tem que ser transportadas, e isso aumenta os custos dela.
150 De forma que estamos fazendo esta variante ambiental. A outra estrada é o acesso até a porta do Parque do
151 Taimbezinho. A idéia do Prodetur é de fazer até a porta é com este parque, até porque esse parque foi feito
152 um plano de manejo, e foi preparado para a recepção de ônibus, de excursões, coisas desse tipo. Lá na Serra
153 Geral temos uma idéia diferenciada, inclusive eu tenho defendido a tese de não fazermos a estrada de acesso
154 ao Parque da Serra Geral, da Fortaleza, e podemos operar com meios de transportes de Cambará à Fortaleza,
155 e meios de transportes apropriados, uma Rural, uma Kombi, ou qualquer coisa, e vamos até estar gerando
156 até dois, três, quatro, cinco empregos em Cambará, e o turista deixa o seu automóvel em Cambará e tem um
157 acesso no meio de transporte. E nem temos feito a defesa da melhoria daquela estrada no sentido de que
158 aquilo lá, enquanto não tiver um plano de manejo adequado, pode ser muito mais um problema do que uma
159 solução. Enfim, aproveitar as obras, já citei duas, mas primeiro, nós não faríamos o plano de manejo na
160 Serra Geral, e como não está feito, nós temos só o dos Aparados, mas não na Serra Geral, e há vários
161 Municípios que receberiam saneamento, e estamos com problemas nesta área; São José dos Ausentes tem

162 problema de saneamento, Cambará tem problemas de saneamento, Bom Jesus. Em Gramado a CORSAN já
163 está realizando as obras, estava um problema de saneamento bastante sério, e é uma região que necessita. A
164 implantação do Aeroporto da Região das Hortênsias, isso vocês devem ter acompanhado, deu uma pequena
165 polêmica, mas nós procuramos aqui, desde levantamentos prévios de áreas, com a própria FEPAM, fazer
166 todo um trabalho rigoroso para que o processo tenha o menor impacto possível, e o aeroporto é algo muito
167 impactante, e também não poderíamos fazer um aeroporto muito distante da região que mais faz receptivo
168 turístico. Então, o pessoal chegou a pensar num aeroporto lá entre São Francisco e Cambará, e aí as pessoas
169 descem em Porto Alegre ou em Caxias, e não haveria motivo de fazer aeroporto nas Hortênsias, se é para
170 botar 80 a 90 Km de distância, e o aeroporto tinha que ficar na volta de Gramado e Canela, até porque há
171 viabilidade econômica, e isso está em processo de andamento. A Rota do Sol, na verdade, o Prodetur vai
172 financiar é a variante ambiental. A Estrada Ausentes – São Joaquim, não era nossa prioridade absoluta, do
173 ponto de vista do turismo, mas está dentro daquela integração com Santa Catarina. Assim como há outras
174 integrações lá na região oeste do Estado. Então, é um acesso entre o planalto catarinense e a serra gaúcha. E
175 com esse acesso vamos juntar vários equipamentos de ecoturismo: quatro parques, três federais e um
176 estadual, nessa região, além de uma reserva do IBAMA, quer dizer, tudo isso potencializa muito o planalto
177 catarinense com a nossa serra gaúcha. A Estrada Alziro Ramos está praticamente pronta, e ela é 110, é que
178 liga São Francisco de Paula a Bom Jesus, e vai entrar provavelmente como contrapartida do Governo do
179 Estado, estava elencado, e a Estrada de Cambará ao Parque dos Aparados, e isso também tem uma visão de
180 ligação com Santa Catarina, e desenvolvimento institucional e qualificação profissional. A serra, podem ver,
181 está beneficiando muito mais a região dos Campos de Cima da Serra do que propriamente a Serra Gaúcha. E
182 estamos colocando no mapa a Região da Serra, mas é um investimento muito maior na região mais
183 empobrecida da macrorregião, que são os Campos de Cima da Serra, e que é uma região com um conjunto
184 de problemas de queimadas, de plantação de pinus, é uma região com problemas, já que a fronteira agrícola
185 é extremamente deficitária, uma região cujo frio é muito pesado, uma região de muitas pedras e com solos
186 extremamente rasos, portanto, com dificuldades para qualquer tipo de plantio, e com a derrubada da mata da
187 araucária, em torno de 30 anos, ficou aquela opção pela mata de pinus, que é uma mata exótica, e achamos
188 que o turismo pode ser um projeto de desenvolvimento sustentável importantíssimo para aquela região, e
189 talvez seja a grande solução que aquela região tenha para modificar o seu perfil econômico e a sua cultura
190 econômica, hoje muito vinculada e mais, além de vinculada, com componentes problemáticos e ainda
191 economicamente também deficientes. É uma região que se encontram os menores indicadores de qualidade
192 de vida do Rio Grande do Sul. Não enquanto macrorregião das Hortênsias ou da Serra, pois daí as outras
193 cidades puxam os indicadores, e aí a região lá de Irai, Frederico é a região mais pobre. Mas se
194 desmembrarmos de São Francisco de Paula até Vacaria temos, com certeza, com os piores indicadores do
195 Rio Grande do Sul. E estamos fazendo um incremento de desenvolvimento turístico para aquela região. E
196 estes projetos que estamos fazendo são interessantes, pois é um projeto que visa muito o turismo rural, o
197 ecoturismo, o turismo de aventura e aquilo que chamamos o turismo de contemplação ou turismo ativo, os
198 passeios a cavalo ou coisas desse tipo. De forma que nós falamos em serra, mas o que está sendo
199 contemplado é a região dos Campos, exceto a Rota do Sol, que beneficia aquela macrorregião. E a última
200 das macrorregiões é a Região das Missões, e este mapa está ultrapassado, pois hoje chamamos de Missões
201 Hidrominerais, que atinge também algumas instâncias hidrominerais, e aí esse mapa foi uma origem, e nós
202 começávamos com este mapa lá em Ibirubá, onde está o Parque Estadual do Turvo, e também um conjunto
203 de obras elencadas já estão sendo feitas, que estavam sendo previstas com este programa, e estamos há
204 quatro anos trabalhando-o, e evidentemente que muitas coisas vão acontecendo, mas pega a Região das
205 Missões, a Região do Noroeste Colonial e a Região da Costa do Rio Uruguai. Também, como todas as
206 demais regiões, trabalhamos saneamento, inclusive em São Miguel das Missões, que há problemas
207 seríssimos de saneamento. Temos ali, na recuperação do patrimônio histórico, devemos recuperar mais os
208 outros três Patrimônios da Humanidade, e temos só São Miguel, em fase bem adiantada de recuperação, mas
209 tem São Lourenço, São João Batista e São Nicolau, que estão no Prodetur e é um trabalho muito forte nesta
210 área do patrimônio histórico, e também há uma preocupação nossa nessa região da inclusão dos moradores
211 originários destas regiões, principalmente dos índios guaranis e caingangues, e está terminando este projeto.
212 E um outro projeto que temos de governo, que é um projeto de inclusão social, e o próprio Governador já
213 desapropriou uma área junto à São Miguel onde temos lá 13 famílias de Guaranis, pois, na verdade, esses
214 índios tinham abandonado a região, e essas famílias estão morando junto à São Miguel, mas há no Sítio de
215 São Miguel, por exemplo, várias instâncias hídricas missioneiras, e, na verdade, são grandes lugares de

216 banhos, e os guaranis tomavam muito banho, e é uma característica do nosso índio, que tomava três a quatro
217 banhos por dia, e eles tomavam esses banhos em grandes banheiras, e se vocês forem lá em São Miguel há
218 uma já recuperada pelo IFAM, uma única, porém a água que corre nela é poluída pela Cidade de São
219 Miguel. E há mais quatro desses banhos no Sítio de São Miguel a serem recuperados, e o mato cobriu, e são
220 banheiras muito interessantes, primeiro, porque são pedras trabalhadas em barroco, e há um valor já
221 histórico de patrimônio muito importante. Segundo, porque poderemos tomar banho nessas banheiras, e eles
222 sentavam, em torno de 20 a 30 pessoas, abriam um tampão, a água enchia, e eles ficavam sentados tomando
223 banho nesses banhos coletivos. E isso tudo será recuperado, porém, sem o saneamento básico de São Miguel
224 é até um absurdo você apresentar aquilo ao turismo, inclusive aquela água tem um cheiro bastante forte. E
225 quem for lá em São Miguel visite lá a instância hídrica, que é muito interessante. Em termos de aeroporto,
226 estamos só fazendo duas obras: esse das Hortênsias, que citei, e a ampliação do aeroporto de Santo Ângelo,
227 é o atual aeroporto de Santo Ângelo, somente para receber aeronaves de maior porte. O aeroporto de Santo
228 Ângelo só recebe aeronaves do tamanho Brasília, e nós queremos ver se ele pode receber tamanho Boeing
229 737. É uma ampliação do aeroporto, inclusive uma mudança no seu piso para aeronaves de maior porte.
230 Porém, não mudará de local, será no mesmo local. Os acessos às ruínas, e ali são dois quilômetros em São
231 Lourenço e seis quilômetros em São João Batista. E as próprias instâncias, a recuperação. E a Estrada
232 Portela – Derrubadas, que é onde fica o nosso Parque Estadual do Turvo, que está em andamento, depois o
233 acesso de Derrubadas até o Parque é uma outra discussão, não está previsto no Prodetur, mas ali dá mais uns
234 quatro quilômetros até a porta do parque. Em São Borja, o Cemitério Paraguaio e Cemitério dos
235 Presidentes. E são obras até menores, porém tem uma importância muito grande por questões históricas, e
236 também a qualificação profissional na região de missões hidrominerais. Enfim, esse é o macro do programa,
237 com certeza, o pessoal fica aqui para depois todas as perguntas, valores, investimentos, quanto vai para
238 saneamento básico, acessos, essas coisas todas podem ser respondidas. E fico aqui à disposição para algum
239 esclarecimento, companheiro Langone. **Sr. Presidente:** Poderia falar sobre a fase atual de negociação com o
240 BID. **Sr. Milton Zuanazzi:** O programa encontra-se na seguinte situação: o BID exige agora do Prodetur
241 Sul, o que não exigiu com tanto rigor com o Prodetur Nordeste, e até brincamos, que é o “pedintes”, mas na
242 verdade chama-se “PEDITES”. É o Programa de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentado. Este
243 programa dá base geral do programa. E ele sustenta isso que apresentei a vocês. Ele discute as questões,
244 discute os impactos, discute a sua sustentabilidade, portanto, discute a viabilidade econômico-financeira,
245 discute o futuro que nós estamos pensando para estas regiões. Para este programa contratamos uma
246 consultoria especializada, e esta consultoria está em fase final de entrega do PEDITES, e o Ministério do
247 Esporte e Turismo aguarda os quatro pedidos, dos quatro Estados, para remeter a primeira missão do Banco
248 Interamericano que vem analisar estes projetos. Estava marcada, em princípio, a missão para o dia 28 de
249 janeiro agora, e não está desconfirmada, e a missão começaria a analisar as obras, no caso da serra, litoral,
250 tem essa ligação a Rota do Sol, depois nós já estaremos, a partir disso, elaborando um marco lógico missões,
251 depois do litoral – lagoas, então, vem a missão BID, a previsão é que até julho nós assinássemos esse
252 primeiro programa na Região da Serra, e como é um ano eleitoral, há restrições do ponto de vista legal para
253 licitações em períodos eleitorais, estamos prevendo, pós-eleição de outubro, as respectivas contratações.
254 Portanto, estamos prevendo ainda no final deste ano iniciadas as primeiras contratações deste programa,
255 iniciando, como falei, nesta macrorregião da Serra. Portanto, achamos que o programa está indo dentro de
256 uma certa normalidade. Na verdade, o Governo Federal só nos liberou mesmo a carta-consulta em julho de
257 2001. Houve um cozinamento prolongado nesta carta-consulta, a liberação veio em julho e nós
258 pretendemos em julho deste ano estarmos começando a assinatura. O programa, o empréstimo não é
259 diretamente ao Governo do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina ou do Paraná, é um empréstimo ao Banco
260 do Brasil, que será um mutuário deste programa. E o Banco do Brasil está emprestando aos Estados. O BID
261 está emprestando à União, via Banco do Brasil. Com isso foi uma operação de crédito que nós ganhamos
262 tempo, já que as discussões estavam por Estado tramitando no Senado, depois tramitando na COFIEX,
263 Senado Federal, poderia ser muito mais lento, e a nossa idéia de agilização foi ter aceitado a intermediação
264 do Banco do Brasil nesse repasse do empréstimo. Aí, evidentemente, o Banco do Brasil tem mais fidúcias,
265 digamos, que os Estados, na situação que encontram-se os Estados. Mesmo assim a Secretaria do Tesouro
266 Nacional vem agindo com muito rigor conosco, mesmo que seja o Banco do Brasil, ela tem feito um
267 conjunto de exigências bastante drásticas. Mas a nossa Secretaria da Fazenda está, junto com a Secretaria de
268 Planejamento, fazendo as negociações devidas para que a gente assine isso no mês de julho e tome o

269 empréstimo. **Sr. Presidente:** Conforme o combinado, então, vamos passar a perguntas. E sugiro que
270 façamos em blocos de três perguntas com a resposta do Secretário. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**
271 **Monteiro:** O meu nome é Kathia Vasconcellos Monteiro, trabalho no Núcleo Amigos da Terra, faço parte
272 da Rede ONG da Mata Nativa. O Núcleo Amigos da Terra trabalha na região de Aparados da Serra já há
273 muitos anos. Tentamos acompanhar a discussão do Prodetur por meio do Comitê Estadual da Reserva da
274 Biosfera, onde, em diversas reuniões, esteve presente o Álvaro, e em nenhum momento nós conseguimos
275 ver, visualizar ou comentar objetivamente o que seria o Prodetur. Nós já tínhamos um receio de muitos erros
276 que aconteceram no nordeste se repetissem aqui e realmente só vou comentar o Eixo 2, e nós temos
277 restrições sérias com relação a vários empreendimentos que estão sendo propostos no Eixo 2, que se
278 realmente nós tivéssemos discutido no Conselho da Reserva da Biosfera nós poderíamos estar avançando, e
279 vem uma missão agora no dia 28, o projeto está pronto, o projeto está fechado e há pontos que realmente
280 nós não vamos concordar, não só Amigos da Terra, como outras ONGs. Acesso ao Parque de Aparados da
281 Serra, nem pensar. Quando da liberação da Rota do Sol, uma das argumentações é que esta seria a única via
282 de acesso entre litoral e serra. E nós não podemos permitir o asfaltamento entre dois parques nacionais, que,
283 na verdade, essa estrada ficou fora por uma questão estratégica do IBAMA. Temos que discutir o que seria
284 um plano de manejo da Serra Geral. E temos que ver que o Parque Nacional de Aparados da Serra tem um
285 plano de manejo, que as obras que foram implantadas no Parque de Aparados da Serra não seguiram um
286 plano de manejo, e seguiram um plano de ação emergencial. E não vamos admitir este tipo de coisa para a
287 Serra Geral, sendo que a pessoa que está no Ministério Público hoje tem uma atuação bem mais forte do
288 que a pessoa que estava no Ministério Público tratando da questão de Aparados da Serra até bem pouco.
289 Então, acho, Secretário, que seria interessante nós tentarmos viabilizar uma reunião entre os órgãos
290 ambientais, diretamente interessados neste projeto, até porque há um programa de desenvolvimento em
291 turismo sustentável, e que foi dito aqui que seria discutido, e logo em seguida foi dito que o projeto de
292 discussão já está em fase final. Não tenho conhecimento de que alguma ONG tenha sido chamada a discutir
293 este projeto. E nós acompanhamos os problemas no nordeste, e não vamos permitir que isso se repita aqui.
294 **Sra. Mara Sasso:** Acho interessante esta discussão entre as entidades, em especial tentar fazer algumas
295 audiências públicas para que a gente possa tomar conhecimento de todo esse projeto, nos seus
296 detalhamentos, e ver quais as medidas mitigadoras possíveis de serem desenvolvidas no processo. Gostaria
297 de saber se a questão da duplicação da BR-101 entra nesta proposta também, se entra, entra como
298 contrapartida da União? **Sr. Arno Leandro Kayser:** Gostaria que o Secretário esclarecesse, com relação a
299 estrutura institucional do programa, quem é que coordena, qual é a participação da sociedade civil, que é
300 isso que a Kathia colocou, e uma preocupação muito grande que nós temos é com relação a qual turista
301 queremos atrair. Porque aquela região dos Aparados da Serra tradicionalmente é um turismo de Estado
302 mesmo, e hoje em dia, pelo menos a estrutura que tem no Parque Estadual do Aparados da Serra, o público
303 tradicional de campistas está totalmente excluído, aquele turista de baixa renda, porque não há acesso, pelo
304 tipo de horários que têm os parques, pela falta de uma estrutura de acampamento para quem vai, de uma
305 forma mais popular, para quem vai de ônibus, que são sempre os exploradores tradicionais. Acho que as
306 pessoas que conheceram Aparados enfrentaram várias vezes aqueles ônibus, ou foram a pé, foram de carona
307 para aqueles lados, e esse tipo de pessoa hoje está excluído. E queria saber como o Governo do Estado está
308 vendo isso, pois, a infra-estrutura que se vê, é para quem vai de carro, de avião e obviamente que isso não é
309 um projeto que dá para dizer que incluirá todo mundo. **Sr. Milton Zuanazzi:** Primeiro. Há uma
310 determinação nossa de que nenhum desses projetos seja executado sem o devido licenciamento ambiental.
311 Portanto, as audiências públicas, todos aqueles trâmites, que vocês conhecem mais do que eu, serão
312 perseguidos em cada um desses projetos. E segundo, não entendi, quando tu falastes em ligação de dois
313 parques nacionais, quais são os dois? **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** A estrada que liga
314 Cambará à entrada do Parque Nacional é o limite do Parque Nacional da Serra Geral com o Parque Nacional
315 de Aparados da Serra. **Sr. Milton Zuanazzi:** Sim, mas o acesso ao Serra Geral não é pela mesma estrada, é
316 outro acesso. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Do ponto de vista prático, aquela estrada faz
317 parte dos dois parques. **Sr. Milton Zuanazzi:** É, um trecho inicial, lá na beira da serra, não, é particular,
318 privado. E o acesso ao Parque da Serra Geral não tem ligação nenhuma com o acesso ao Parque dos
319 Aparados, e é só um parque que está previsto. E quanto a restrições, quando foi liberada a Rota do Sol se
320 negociou, e na hora que se fizer a audiência pública vai-se estabelecer estas restrições. E sei que o plano de
321 manejo dos Aparados não foi seguido à risca, até porque ele está com plano provisório. E, inclusive, quando

322 chegamos na Secretaria já estava pronto e recebendo paulatinamente cada vez mais gente, não só turistas
323 gaúchos não, e já pegando a resposta da última pergunta. E vem recebendo inclusive turistas do exterior, e
324 em volume cada vez mais significativo. E os Aparados hoje estão recebendo em torno de dois mil a dois mil
325 e quinhentos turistas por mês, e isso com aquele ingresso de seis reais, que me parece um pouco excessivo
326 para um parque que está distante de tudo. É o preço que se cobra lá em Foz de Iguaçu, seis reais, pois o
327 IBAMA considera o Aparados da Serra um parque no mesmo nível lá de Foz, ou da Quinta da Boa Vista lá
328 no Rio de Janeiro. O de Foz está ao lado de trezentos hotéis, o do Rio de Janeiro também, e nosso tem que
329 viajar para chegar, e chega lá cobram seis reais, mais cinco reais por automóvel. Ou seja, foi feito naquele
330 plano provisório uma possibilidade se receber até duas mil pessoas por dia, inicialmente, e depois baixaram
331 para mil. Portanto, ou o plano de manejo tem que ser todo revisto, pois a gente não pode fazer as coisas para
332 dizer que nós podemos receber mil pessoas por dia e depois não podemos receber, não tem como dar esse
333 acesso. Acho que o plano de manejo da Serra Geral tem que seguir outro trâmite, tanto é que eu defendo que
334 nem se faça aquela estrada. Na minha opinião, aquela estrada da Serra Geral tinha que se manter meio que
335 naquele estado, e um meio de transporte leva as pessoas até Serra Geral, e não precisa a gente facilitar o
336 acesso lá. Porque ,inclusive, respondendo a pergunta do Arno, por um lado, tem aquele lado mais romântico,
337 bucólico, da gente ir acampar na beira dos Aparados, mas tem um outro lado bastante problemático, da
338 quantidade de lixo que fica lá, com o manejo dos animais, e nem todo mundo está apto para ir acampar de
339 forma desorganizada. Até de repente pode-se preparar uma área de acampamento. **Sr. Arno Leandro**
340 **Kayser:** Isso falta. **Sr. Milton Zuanazzi:** Mas é isso que um plano de manejo tem que dar, ou seja, esta área
341 é reservada para campistas, e é área reservada somente para caminhadas, somente para visibilidade das
342 belezas e tal. E o plano de manejo que tem que dizer isso, e me parece que estamos fazendo o correto, no
343 momento que nós elencamos o plano de manejo de outro parque. Acho que a situação é ruim, nesse
344 momento, e problemática. Na minha opinião, a Serra Geral é muito mais problemática, hoje, do que o
345 Itaimbezinho, um plano de manejo que não foi nunca completado. Acho que a Serra Geral tem muito mais
346 impactos. Fui lá dias desses e havia 400, 500 pessoas, completamente sem qualquer organização,
347 acampados. Agora o IBAMA começou a fazer restrições, há dois ou três meses, nos acampamentos,
348 inclusive, no tratamento aos animais. Há graxaim gordo lá na Serra Geral, e isso não sei, se é
349 ecologicamente correto, a gente sustentar com comidas de seres humanos, os animais que estão lá na região.
350 Agora, aquela organização, não precisa seguir a do Taimbezinho, e não sei se é a mais correta. Mas, pelo
351 menos, você tem condições de preservar e de fiscalizar com mais tranqüilidade os órgãos competentes, seja
352 o IBAMA, seja quem for, até porque se fala muito em terceirizar aquele controle. A Mara me perguntou, e
353 acho que já respondi, acho que as audiências públicas vão fazer esta mitigação. Quanto a questão das ONGs
354 participarem ou não do Prodetur. Na verdade, o Prodetur está partindo de um princípio de alguns
355 equipamentos que ele entende importantes para se pensar no turismo daquela região, um turismo ecológico e
356 organizado. E, não é realmente aquilo que tradicionalmente chamamos da “farofa”. Tem que ser melhor
357 organizado, envolvendo as comunidades locais, que hoje estão muito distantes, e nenhuma propriedade teve
358 aquilo, a relação daquelas comunidades com o meio ambiente é problemática, mal resolvida. Acho que só
359 temos uma forma de resolver: ter um projeto claro, com a devida fiscalização e que a possamos envolver
360 aquelas comunidades no projeto. E tem como envolvê-los. Parece-me que aquela fase mais angustiante da
361 derrubada das araucárias e de plantar pinus a torto e a direito, para aquelas comunidades, já passou, agora,
362 estão com vontade de realmente começar a pensar num outro processo de desenvolvimento, e que passa
363 muito por uma idéia de turismo sustentável naquela região. A BR – 101 não está no programa, e o Governo
364 Federal nem a bancou, em nenhum momento, até porque eles estão entrando com 10% do programa, estão
365 entrando com poucos recursos. No nordeste eles entraram com 25% do programa. Então, não teve jeito de
366 colocarem mais que 10%, fizemos uma luta política, e a questão institucional do programa, alguém
367 perguntou, sobre a coordenação. Na verdade, tem um Comitê Gestor Nacional. Como disse, ele é um
368 programa, e apesar do Governo Federal colocar 10%, é um programa que o mutuário é o Governo Federal,
369 ele é o captador. Nós criamos um Comitê Gestor Estadual, mas esse Comitê Gestor Estadual não detém
370 poder sobre o programa em si. Ele é um intermediário executivo. Essa é uma briga dos Estados, e queremos
371 participar do Comitê Gestor, mas isso não está definido. A proposta que o Governo Federal fez é de um
372 Comitê Gestor centralizado em Brasília, e nós já discutimos, já nos rebelamos em relação a isso, pois os
373 Estados que vão, praticamente, pagar o programa, tem que estar no Comitê Gestor. Então, essa questão
374 institucional não está devidamente estabelecida, está numa fase de negociação. **Sr. Flavio Lewgoy:** Está

375 programado ainda, dentro da reunião de hoje, a exposição sobre Pró-Guaíba e Pró-Mar-de-Dentro também, é
376 um pouco extenso, e não tenho certeza se chegamos lá. Então, vou perguntar diretamente: essa questão dos
377 recursos do BID para o Prodetur, há uma interrogação que pode até não ter fundamento, mas, por outro lado,
378 queremos perguntar: Há interferência no quantitativo de recursos do Prodetur sobre aqueles que se espera
379 que iriam para o Pró-Guaíba, Pró-Mar-de-Dentro ? Pois, afinal de contas, o BID está nos três, creio eu. Não
380 sei o quantitativo dos Estados. Mas, de qualquer forma, o BID está nos três programas, e nós gostaríamos de
381 saber se não houver uma interferência, uma limitação de recursos, devido a entrada do pedido de
382 financiamento do Prodetur. **Sr. Milton Zuanazzi:** Prof. Flávio. Acho que o Lima, da Secretaria de
383 Planejamento, pode ser mais rápido, pois isso também foi uma preocupação nossa, e a Secretaria de
384 Planejamento detém estas informações com mais detalhes. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** Sobre o
385 aeroporto de Canela, qual o local que está sendo pensado para a instalação e quais os impactos ambientais
386 levantados que ele vai causar. **Sr. Arno Leandro Kayser:** Sabemos que o Prodetur são quatro Estados, e
387 dois destes Estados são de oposição ao Governo Federal e dois são de situação ao Governo Federal. Qual é a
388 perspectiva de que efetivamente esses fatores redundem em que o Rio Grande do Sul não seja prejudicado.
389 Por isso que a minha pergunta sobre o desenvolvimento institucional era para ver quem, no final das contas,
390 manda e tem o poder de decisão. E pela sua resposta estou percebendo que os Estados, no momento, não têm
391 tido muito de poder de ingerência, eles têm poder de apresentar as reivindicações, mas, efetivamente, até
392 que ponto os Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, estão participando deste projeto e vão
393 efetivamente ser contemplados. Porque é uma preocupação que temos, e isso complementa, de certo modo, a
394 pergunta do Prof. Flávio. Quer dizer, temos outros programas que estão sobre a total ingerência do Governo
395 do Estado do Rio Grande do Sul, que são os programas Pró-Guaíba e Pró-Mar-de-Dentro, que estão, de certo
396 modo, disputando, dentro das possibilidades do Estado, recursos internacionais, e eventualmente este
397 Programa Prodetur está vinculado ao poder de decisão dele, e até que ponto o Estado do Rio Grande do Sul
398 tem realmente certeza de que esses recursos chegarão à meta aqui, pois, pelo que o senhor expôs, são metas
399 bastante interessantes, uma boa parte delas, pelo menos. **Sr. Milton Zuanazzi:** Quem encaminhou o
400 Prodetur foi o CODESUL- Conselho de Desenvolvimento do Sul do Brasil, que fazem parte os quatro
401 Governadores. Todo o trâmite dele foi feito pelos quatro Governos, apesar de que paira sempre isso, e não
402 queremos crer nisso, e pelo menos temos encaminhado tudo até agora devidamente aos quatro Estados. E
403 nós temos algumas resoluções de solidarismo nesta questão, até porque o Prodetur Nordeste teve este
404 problema, dos nove Estados, apenas quatro estão sendo beneficiados, sendo um deles, a Bahia, quanto aos
405 outros, não tinham projetos devidamente, esta é a alegação, acabou abocanhando o recurso dos outros. Mas,
406 no caso do nordeste, eram os nove, digamos, favoráveis ao Governo, e não foi esse o critério. Talvez tenha
407 sido o critério ou de agilidade ou até porque havia mais projetos prontos. Queremos crer que não teremos
408 este problema, pelo menos todo o encaminhamento até agora foi feito nesse sentido. É importante esta
409 colocação, no sentido de que nós também trabalhamos na questão da agilidade. Tu sabes que na relação
410 direta do Estado com um banco internacional, cuja União é quem detém a palavra da facilitação do
411 financiamento, tem sido mais complicado a tomada destes financiamentos, é mais demorado. Claro que o
412 Pró-Guaíba, como já está na Fase II, pode ter um trâmite até mais rápido, e talvez o Pró-Mar-de-Dentro,
413 nesta relação direta, sofra mais com esse trâmite, porque com toda a pressão, inclusive dos aliados, como tu
414 falastes, do Governo Federal, o próprio Ministério pressionou muito, e ficamos com dois anos: um com a
415 assinatura trancada para a Comissão de Financiamento Externo – COFIEX – para abrir uma carta-consulta,
416 que não quer dizer nada, simplesmente abre a relação, institucionaliza a relação, e pegou dois anos. Então,
417 imaginem se fosse só uma coisa do Estado do Rio Grande do Sul. Eu particularmente, presenciei muitas
418 reuniões do Prodetur onde os Governadores de Santa Catarina e do Paraná pressionavam intensamente. Se
419 estivéssemos sozinhos nesse processo, acredito que estaríamos muito longe de onde estamos. Quanto ao
420 Aeroporto das Hortênsias, até vou pedir socorro para o Nilvo, pois rigorosamente nós fizemos um pedido de
421 levantamento prévio. Quer dizer, primeiro cancelamos aquela licitação, que no Governo anterior tinha sido
422 feita, e que não tinha EIA-RIMA, não tinha nada. E foi simplesmente feita uma licitação numa determinada
423 área, inclusive derrubaram uma mata de araucária bastante substantiva. Fizemos um pedido prévio à
424 FEPAM, que fez um levantamento da área na região de interesse. Esta área teve um questionamento. Acho
425 que a municipalidade que desapropriou a área não conduziu na política, o debate correto, pois achou que era
426 uma manifestação de alguns moradores, só em torno do futuro aeroporto. Acabamos buscando recursos
427 prévios para este aeroporto, no Governo Federal, fizemos um convênio para buscar quatro milhões de reais,

428 e o Governo Federal entrava com dois e nós com dois milhões, e esse recurso vencia no dia 31-12-2001.
429 Quando foi feita a audiência pública, realizada pela FEPAM, estava lotado o plenário, houve muitas
430 manifestações prós e contras, e o IBAMA, até então, não tinha dado o seu parecer, até porque o aeroporto
431 estaria próximo àquela área do IBAMA. Posterior a audiência pública o IBAMA autorizou, concordou com
432 a área. Se estivesse na audiência pública, teria facilitado mais os debates, pois a discussão de que o IBAMA
433 não se pronunciou numa área que ele tem interesse direto, tornou o debate um pouco problematizado, mas,
434 enfim, acho que o Nilvo poderia manifestar-se quanto a questão dos impactos, ele tem muito mais qualidade
435 de resposta. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** O licenciamento do Aeroporto das Hortênsias já dura bastante
436 tempo. O Secretário já mencionou aqui que, em 99, já havia uma área adquirida e um projeto licitado para a
437 construção do aeroporto, sem que houvesse o licenciamento da FEPAM. Era uma área que atingia uma
438 extensa mata de araucárias. Então, em 99 mesmo, conversamos com a Secretaria dos Transportes e com a
439 Prefeitura de Canela e comunicamos que não iríamos autorizar aquela área. E de fato não autorizamos.
440 Negamos a licença, principalmente em função das araucárias. Era um contra-senso estimular o turismo desta
441 forma. Então, indeferimos a licença ambiental deste aeroporto, e, a partir de lá sinalizamos com a Secretaria
442 dos Transportes a necessidade da elaboração de um novo Estudo de Impacto Ambiental e a definição de
443 novas áreas. E nesse meio tempo, inclusive, fizemos vistorias na região e indicamos algumas áreas que
444 deveriam ser investigadas, e seriam feitos estudos onde nós avaliamos o impacto, que aparentemente, era
445 menor. Essas áreas foram investigadas, novas áreas foram propostas, e a área preferencial apontada pela
446 Secretaria de Transportes fica a menos de um quilômetro da Floresta Nacional, administrada pelo IBAMA.
447 Fizemos uma consulta ao gestor da unidade do IBAMA, à respeito da implantação deste aeroporto, e uma
448 audiência pública em setembro do ano passado. A resposta do IBAMA sobre a proximidade com a Floresta
449 Nacional, aponta a viabilidade desta possibilidade, tomadas algumas providências pelo IBAMA.
450 Verificamos na audiência pública, mesmo estando envolvidos recursos federais que precisavam ser gastos
451 até o final do ano, que havia várias lacunas importantes de informação sobre os impactos ambientais deste
452 aeroporto, e também enorme conflito social. Há uma grande mobilização da comunidade local. A área
453 proposta agora, tem menos impactos ambientais. E é importante destacar que naquela região, de fato, é
454 complicada a localização do aeroporto, pois é um grande equipamento de infra-estrutura, numa área onde o
455 ambiente é muito delicado, como uma área de cedros, matas, com grande dificuldade. E ainda surgiu, na
456 audiência pública de setembro, esta mobilização da comunidade e se esta nova área proposta tem menos
457 problemas do ponto de vista do impacto ambiental, ela tem mais problemas do ponto de vista do
458 deslocamento de pessoas que residem na área. Então, nós, a partir da audiência pública, pelas lacunas,
459 solicitamos novas informações da Secretaria de Transportes, que nos respondeu agora, se não me falha a
460 memória, na semana passada, e estamos iniciando a reanálise das complementações feitas pela Secretaria de
461 Transportes. A nossa intenção é, a partir da análise, ver se precisa complementar, e voltar a discutir isso com
462 a comunidade da região. De fato há um conflito não resolvido que é a questão do deslocamento das pessoas
463 que residem lá ou têm sítios na área onde se pretende construir este aeroporto. Então, esta área não pega
464 mais araucárias, e em termos de remoção é bem menor do que na área original que indeferimos em 99, e de
465 fato é uma questão complicada na região. Já indeferimos uma área, de fato, a própria comunidade tem
466 dificuldade sobre esta combinação de impactos sociais e impactos ambientais. A gente consegue minimizar
467 um e aumenta o outro. Nesse ponto, está aí o licenciamento do aeroporto de Canela. Vamos certamente
468 voltar a discutir isso. **Sr. Milton Zuanazzi:** E a licitação? A Secretaria dos Transportes resolveu licitar em
469 15 de dezembro para não perder o convênio. Mas é evidente que essas novas ações que a FEPAM fará, se
470 houver a necessidade de alterar, de buscar uma outra área, a nossa idéia foi não perder este convênio, e
471 estava com esse dinheiro carimbado para até 31 de dezembro. Então, o Secretário Beto e eu fomos à
472 Brasília, dentro da EMBRATUR, para manter o convênio, e eles queriam, para manter o convênio, estar com
473 a obra licitada, e houve esta licitação. Se houver uma indicação da FEPAM em cima de uma nova audiência,
474 e novas ações de que a área não é apropriada, com isso nós não perderíamos esses recursos. Esta é a
475 iniciativa da Secretaria dos Transportes. **Sr. Presidente:** Vou passar ao Dr. Lima para esclarecimentos
476 relativo às tratativas do Governo Federal sobre a capacidade de endividamento dos três programas. **Sr.**
477 **Antônio Ernani Lima:** A preocupação do Prof. Lewgoy em relação ao BID especificamente, não é
478 problema, pois os dois projetos, tanto o Prodetur quanto o Pró-Guaíba têm recebido igual prioridade do
479 banco. Quer dizer, o banco não tem restrições de recursos, nesse momento, no que se refere a *funding* para
480 empréstimos. O problema está mais naquilo que o Arno levantou, que é a nossa capacidade de

481 endividamento. Como qualquer família, empresa, o Estado também tem uma restrição de endividamento. E
482 nós temos uma novidade recente; em dezembro, houve uma resolução do Senado determinando que o limite
483 de endividamento dos Estados deve ser duas vezes a sua receita corrente líquida total, anual. E a nossa
484 situação, nesse momento, é superior a esse limite. Então, as negociações, da Secretaria da Fazenda
485 especificamente, com a Secretaria do Tesouro Nacional, estão, nesse momento, residindo na solução desta
486 questão. Então, o que poder-se-ia dizer, para responder a sua pergunta, que não há problema em relação ao
487 BID, e está em negociação. **Sr. Flavio Lewgoy:** E poderia, nesse caso, prejudicar a questão do
488 financiamento para os projetos, por exemplo, do Pró-Mar-de-Dentro, é isso que o senhor quer dizer? **Sr.**
489 **Antônio Ernani Lima:** As negociações estão centradas na inclusão de novos programas de financiamento
490 dentro da nossa capacidade de endividamento. E isso, pela ordem, em termos de programas com grandes
491 preocupações de inclusão está o Prodetur e o Pró-Guaíba, como prioridades, dada esta restrição. Pode
492 postergar o Pró-Mar-de-Dentro, como o Secretário se referiu. **Sr. Milton Zuanazzi:** É tão pequeno isso em
493 relação a negociação da dívida do Estado com a União, que muitas vezes num pequeno detalhe passa a ficar
494 resolvido. Veja, por exemplo, que nós estamos empenhados, com a negociação dos Estados com a União, no
495 final de 98, 13% da nossa receita líquida do endividamento nos Estados. Há uma pressão fortíssima dos
496 Governadores. Acredito que no ano que vem, pós processo eleitoral, venha essa pressão de forma muito
497 mais intensa, porque está tornando os Estado insolventes, inviáveis. E a pressão tem que diminuir isso,
498 baixar isso para 9%, para 7%. E simplesmente a mudança de 1%. O Secretário Arno me dizia que se mudar
499 para 0,5% e nós pagarmos 12,5%, esses empréstimos internacionais deixam de ser problema. E isso chamam
500 de ajustes técnicos. Há várias negociações. Quando assumimos o Governo, se nós em um ano não
501 vendêssemos o Banrisul, em princípio, a nossa receita estaria comprometida em 17%. E estava no contrato
502 que fez a renegociação da dívida gaúcha, e isso já foi renegociado. Depois, a imensidão de contratos entre o
503 Estado e União que estamos renegociando. Por exemplo, havia uma dívida da União com o Rio Grande do
504 Sul de 1935, com o porto. E foram recuperados, são 100 bilhões de reais. E são tantas margens de negócio
505 nisso, que não é, na verdade, um programa que inviabiliza o outro. O que inviabiliza é que é uma relação
506 federada aí problematizada, e que o Governo Federal aperta, sobre todos os sentidos, os Estados, para o
507 ajuste, e isso que é rigorosamente o mais importante. E esses nossos empréstimos aí não pesariam
508 absolutamente nada para pagar em 30 anos, e não seriam nada relevantes na negociação. Agora, como há
509 uma pressão violenta para os ajustes dos Estados, uma restrição absoluta, então acabam eles, tudo que é
510 filigrana, aquilo é usado para o aperto. **Sr. Flavio Lewgoy:** Sim. Desculpe, gosto de entender as coisas. Isso
511 quer dizer que vamos ter que fazer uma escolha, no fim de contas: ou uma coisa ou outra, certo? **Sr. Milton**
512 **Zuanazzi:** Na relação com o BID, o BID já fez esta escolha para nós. E o que ele tinha de recurso para
513 empréstimo imediato? Ele já determinou, e colocou inclusive no seu orçamento anual os empréstimos para o
514 Pró-Guaíba e o Prodetur. Tem, também, de quem estamos tomando empréstimo, o BID já colocou, está no
515 orçamento dele. Agora, pelo menos o Presidente do BID, sempre quando vem aí, diz para nós que não teria
516 restrições a outros créditos, e parece que na negociação da dívida conseguimos implementar muitos outros
517 programas no Estado, e esses dizem mais direto, com respeito à área do meio ambiente, mas há programas
518 nas áreas da educação, da inclusão social, da agricultura, vários outros programas em andamento, e não há
519 esse nível de restrição. Então, é uma negociação que tem que ser feita paulatinamente. Como o BID colocou
520 no seu orçamento de 2002, o Pró-Guaíba Fase II e o Prodetur, foi com isso que trabalhamos dentro do
521 Governo. **Sr. Presidente:** Na discussão vamos retomar este assunto, ele relaciona os três programas, e
522 vamos passar então à apresentação do Pró-Guaíba. Quero agradecer a disposição do Secretário Zuanazzi, e
523 acho interessante, nós, na sequência, vermos a oportunidade de uma conversa específica das mobilizações
524 ambientais que têm envolvimento com a região da Serra e detalhar estes assuntos. Queria também registrar
525 aqui a justificativa da ausência do companheiro Renato Ferreira, Secretário Executivo do Pró-Guaíba, por
526 problemas de ordem particular, estava previsto para vir fazer a apresentação, mas está aqui representado
527 pelo Paulo Alves que fará a apresentação do programa. **Sr. Paulo Alves:** Boa-tarde a todos. Importante que
528 este programa tenha vindo a este Conselho. Desta feita, vou substituir o Renato aqui, e estou utilizando o
529 material dele. Vou pedir a vocês uma certa tolerância em relação ao material, é um material que vi agora, é
530 bastante extenso, e vamos dar uma resumida, pois há muita coisa que teve um outro objetivo na sua
531 elaboração, e vamos repassá-lo de uma forma mais objetiva para que os senhores possam acompanhar o que
532 está sendo o Módulo I do Programa e o que está se pensando, se estruturando no Módulo II do Programa.
533 Como os senhores sabem, o Módulo I teve uma duração de 04 anos, e tem a sua conclusão prevista agora

534 para junho deste ano, e iniciando as tratativas do Módulo II, que deve estar sendo assinado no final deste
535 ano, ou para o ano que vem, e já foi objeto também da viagem do Secretário Langone e do Secretário
536 Executivo do Programa à Washington para tratar disso, junto com a Secretaria de Planejamento. Vamos
537 tratar, nesse momento, do Módulo I. A área de abrangência do programa, os senhores conhecem, a bacia
538 hidrográfica do Guaíba, que contém 251 Municípios, e são os dados mais estatísticos, e uma área de quase
539 84 mil quilômetros quadrados que tem uma população no Estado bastante significativa, quase 65%, onde
540 tem a avaliação do meio ambiente mais importante, com o próprio parque industrial, maior público de
541 pessoas habitando, quer dizer, uma região bastante questionada. O programa é composto de bacias
542 hidrográficas, num total de nove: a Bacia do Lago Guaíba, que tem Porto Alegre como centro, a Bacia do
543 Sinos, Bacia do Gravataí, Bacia do Caí, Bacia do Vacacaí, Taquari-Antas, do Pago, do Vacacaí-Mirim e do
544 Alto Jacuí e Baixo Jacuí. É a região toda que compõe a bacia hidrográfica. O programa tem cinco
545 componentes, quatorze projetos, e aqui está um histórico do programa, que muitos dos senhores
546 acompanharam bastante, desde 89 vem sendo pensado e trabalhado. Aqui é a estrutura de funcionamento do
547 programa, e ele tem um Conselho Deliberativo, que é o elemento hoje que agrega a sociedade e o Estado, e
548 há interferência da Secretaria da Fazenda do Estado, tem outras Secretarias de Estado, os executores em
549 número de onze no Módulo I, e há toda uma estrutura de funcionamento, que dá a ele o funcionamento
550 técnico, político e econômico. Vamos ver os componentes do programa: O componente I é: Prevenção e
551 controle da contaminação industrial e doméstica. Tem na sua ação, os deslocamentos sanitários de
552 Cachoeirinha e Gravataí, e vou falar qual é a situação de cada um deles. Esse projeto de Cachoeirinha e
553 Gravataí foi executado pela CORSAN, inaugurado em dezembro de 98, e nos trouxe a necessidade de
554 retomarmos, na medida em que quando foi concluída as obras não havia nenhuma residência ligada às redes
555 de esgoto sanitário. Tínhamos uma obra concluída, inaugurada, em novembro de 98, sem nenhuma
556 residência ligada ao sistema, portanto, sem nenhum benefício ambiental. Hoje estamos, junto com a
557 CORSAN, fazendo uma nova estruturação, e já com a implementação das ligações domiciliares, que são um
558 número de 25 mil ligações, e um trabalho bastante complicado pela cidade em função do histórico que a
559 obra acabou construindo naquela sociedade, uma obra que levou 18 meses, uma obra que trabalhou em
560 quase todas as ruas importantes daquela cidade, mexendo com transporte, questão elétrica, rede de telefonia,
561 água e esgoto, trazendo um grande transtorno e uma certa rejeição à própria obra porque os transtornos
562 foram muito maiores, não havendo, naquele momento, a necessidade de fazer uma abordagem preparatória
563 dos benefícios da rede, um acompanhamento durante a obra, e depois, também a importância das ligações de
564 cada residência. Sondando, quando assumimos em janeiro de 99, esse ônus bastante grande de refazer esta
565 articulação com a sociedade, o que está sendo feito, e esperamos que até o final do ano tenhamos um maior
566 número de ligações executadas dando efetividade ao investimento que foi, à época, 70 milhões de dólares.
567 Outra ação: os componentes do esgotamento sanitário de Porto Alegre, também foi a obra São João-
568 Bandeirantes, a rede da região sul de Porto Alegre, também concluídas; plano de ação para controle da
569 poluição industrial, e uma ação desenvolvida pela FEPAM, que, na verdade, fez um grande tratamento com
570 o cadastro das indústrias da região, identificando as indústrias mais poluentes, as que tinham potencial na
571 hora, visando com isso um acompanhamento e controle nas suas emissões. E no ponto das ações básicas,
572 resíduos sólidos de Porto Alegre, também foi inaugurada pelo DMLU, o parceiro que o executou, e também
573 concluída; o plano de gerenciamento dos resíduos sólidos da Região Metropolitana de Porto Alegre, também
574 desenvolvido em parceria com a METROPLAN, e a rede de monitoramento ambiental com outra ação
575 desenvolvida pela FEPAM, na verdade, foi junto com a CORSAN e o DMAE, uma rede que tenha objetivo
576 de fazer o monitoramento qualitativo quanto à água, ar e solo. Então, é uma rede bastante completa que faz
577 com tenhamos um instrumento de diagnóstico bastante importante. Em relação a rede de monitoramento, nós
578 temos, já concluída, a parte de monitoramento do ar, que já foi implantada com as estações de
579 monitoramento, e a qualidade da água também tem um projeto finalizando. O quantitativo DRH também está
580 implantando os seus pontos para integrar a rede, e, assim vamos ter a rede implantada e teremos a operação
581 mais plena no Módulo II, implantação física dele passa pelo que se concluiu no Módulo I e a operação no
582 Módulo II. Vamos entrar no componente II. Em relação ao componente I, ainda, isso são obras de
583 Cachoeirinha e Gravataí, e aqui em Porto Alegre também. Aqui temos obras na zona sul, na Serraria, em
584 Porto Alegre. Em relação ao esgoto sanitário no Módulo I tivemos entendimento sobre a concepção sobre o
585 projeto de esgotos. Tínhamos feito o projeto de Cachoeirinha e Gravataí, onde foi feito, inicialmente a rede,
586 e se implantou a rede e depois se começou a construir a estação de tratamento. Aquelas ruas que recebiam a
587 rede ficavam seis meses, até um ano, com o seu esgoto sempre desligado porque a estação de tratamento não

588 havia sido concluída. Hoje temos a concepção de rede de esgoto, temos que fazer a estação de tratamento de
589 esgoto e construir uma rede ligando as residências, para que o alto tenha a primeira residência já com rede e
590 ela possa já se beneficiar daquela estrutura, e não fazendo, como acontece normalmente, por uma questão de
591 concepção que se tinha, a rede de esgoto, esperava concluir a estação de tratamento, e aí então se voltava
592 para aquela rede para ligar casa a casa, trazendo com isso um grande transtorno. O componente II no
593 programa, uma rede de solos e controle de agrotóxicos. Esse programa tinha, na sua concepção original, uma
594 idéia de dar apoio aos agricultores gaúchos sobre agrotóxicos, fornecendo máscaras, enfim, uma série de
595 procedimentos, e, na verdade, nós tivemos um entendimento que não seria adequado fazer o uso do
596 agrotóxico, e sim mudar a linha de ação deste componente. Efetivamente, o programa alterou, passando
597 então ao componente I, mais uma questão da agroecologia, como foco central dele, mas com os outros
598 componentes que seriam o manejo e conservação dos solos, programa que tem a Emater como pró-
599 executora, o reflorestamento, e além da Emater ser pró-executora, também trabalhamos com ONGs, com
600 associações ligadas ao reflorestamento, trabalhamos com o Movimento dos Sem-Terra, com o movimento
601 dos pequenos agricultores, e outras Prefeituras, que foram ouvidas neste tema. Agrotóxicos continuam sendo
602 evidentemente o foco, pois era o controle daquilo que já existe, e não é ilusão achar que ninguém estaria
603 usando. A operação de proprietário. Dentro dos programas de manejo do solo agrícola, foi investido quase
604 22 bilhões de reais aos pequenos produtores, onde eles tinham projeto de intervenção nas suas propriedades
605 rurais, e que iam desde terraceamento até saneamento rural, com retorno de 30% do valor investido. Isso
606 está sendo, para nós, uma grande surpresa, na medida que os agricultores que estavam habilitando-se a este
607 fundo rotativo, vinham pagando em dia e fazendo a efetiva implantação do programa, demonstrando que era
608 um programa que tinha um grande sucesso, um grande retorno em relação as condições e necessidades dos
609 pequenos produtores. O componente III: consolidação de unidades de conservação. Neste terceiro
610 componente trabalhava com ações no Parque Estadual do Delta do Jacuí, e muitos dos senhores já
611 acompanham, e tem a Fundação Zoobotânica e a SEMA, o Parque Jardim Botânico, da mesma forma, o
612 Jardim Zoológico, o Parque Itapuã, do DEFAP/SEMA, e o Estudo de Novas Áreas com o FSD. O Parque
613 Estadual do Delta do Jacuí, é uma obra bastante interessante, e temos uma área de pesquisa já concluída, e
614 está na sua fase de finalização. O Jardim Botânico tem praticamente as suas intervenções já realizadas, o
615 Jardim Zoológico, da mesma forma, o Parque Estadual de Itapuã está em sua fase final, este ano deve ser
616 entregue à sociedade. O Estudo de Novas Áreas, apontam intervenções no Módulo II, que está na sua parte
617 final, apresentando proposta de intervenção que integram as ações do Módulo I, mas projetam também as
618 necessidades do Módulo II. Grandes redutores de impactos de reservas, a FZB e toda a estrutura da própria
619 SEMA. Componente IV: Educação e conscientização ambiental, componente que tem três enfoques que são,
620 a educação formal, a educação não-formal e a educação informal. Assim que ele for estruturado, tendo como
621 opções de retorno a educação formal, a Secretaria de Educação do Estado, e temos neste ano toda uma
622 proposta de fazer a constituinte escolar, pretende fazer uma nova leitura sobre essa intervenção, que vem,
623 então, a mudar o enfoque da intervenção para a Secretaria, orientação curricular e tal. No início foi para nós
624 um hiato no programa, pois estava sendo revista a forma de intervenção, e hoje estamos com uma proposta
625 mais estruturada, que deve ser agregada nesse Módulo I de forma definitiva, e as ações junto à Prefeituras,
626 ONGs e outras instituições que colaboraram com o componente. Estes itens que estão aparecendo são ações
627 que já vinham, no Governo anterior, que foram executadas e contempladas na trajetória. O gerenciamento e
628 o fortalecimento institucional, componente do Módulo I, que tem o sistema de informações geográficas, que
629 é o sistema baseado na tecnologia do geoprocessamento, onde então ele passa a integrar todas as ações do
630 programa, desde o seu Plano Diretor de Diagnóstico, integrando as suas informações. O Plano de
631 Comunicação Social, uma estratégia com relação ao programa, já foi praticamente concluído, e o
632 treinamento e capacitação aos co-executores e aos integrantes das Prefeituras e parceiros durante a execução
633 de cada ação. Um Plano Diretor da Região Hidrográfica, passou a ser uma das peças estratégicas do Módulo
634 I, na medida que ele busca fazer uma reflexão sobre as ações que foram feitas e projetando as ações futuras
635 nos próximos 20 anos. Esse Plano-Diretor busca a participação da sociedade na medida que faz a sua
636 estruturação como consulta à sociedade, ONGs, Prefeituras, Secretarias de Estado, universidades, enfim,
637 fazendo com que seja um plano que se possa, em primeiro lugar, informar as pessoas das condições
638 ambientais da região, para que, com isso, os outros possam apresentar propostas de intervenção, dentro
639 daquilo que é a linha e diretriz do próprio Governo, evidentemente. O plano tem a proposta de uma grande
640 estrutura de concepção política do planejamento de bacias hidrográficas, tendo, como segundo momento, um
641 espaço de consulta à sociedade em participação, de proposta de intervenção, e, num terceiro eixo, a questão

642 do diagnóstico do plano, fazendo com que este diagnóstico seja um instrumento aberto, apoiado nas leis do
643 monitoramento, apoiado em todos os instrumentos de monitoramento que são hoje não só do Poder Público
644 Estadual, mas também municipal, fazendo com que se tenha um Plano Diretor aberto às questões
645 ambientais, na medida que a questão ambiental está dentro de uma dinâmica e não pode estar com o
646 diagnóstico que tenha sua temporalidade muito alargada, e ele tem que ter algumas informações em curto
647 prazo, e que as pessoas possam avaliar e fazer a sua intervenção a tempo de recuperar possíveis prejuízos
648 que possam estar decorrendo de algumas ações. Com isso, nós fechamos os cinco componentes que
649 estruturaram o Módulo I do programa, que tem agora a sua conclusão em junho desse ano. A parte
650 financeira, o programa está na sua parte final, o Estado do Rio Grande do Sul coloca 40% do recurso de todo
651 o investimento, que foi U\$220 milhões e 500 mil dólares, sendo que 60% disso é do BID e 40% do Estado,
652 levamos algumas lições aprendidas no Módulo I, onde podemos encontrar a falta de cultura institucional
653 sistêmica, que por ser um programa que trabalha com muitos co-executores, ele exige a questão da
654 integração, da participação, sem com isso perder a identidade de cada co-executor dentro da sua atribuição
655 específica,mas dando a sua contribuição com a composição de um programa que integra uma ação e uma
656 política pública. Esta é uma cultura que realmente tem que ser melhor trabalhada. Intervenções na questão
657 ambiental são complexas, e não se consegue identificar claramente qual é a ação, a causa, o efeito desta ou
658 daquela intervenção. Estas questões exigem uma visão e uma intervenção sistêmica, que não se pode avaliar
659 pontualmente. E essa é uma cultura que a gente está sentindo que faltou, na verdade, para ter um
660 desenvolvimento melhor. Muitas vezes, tínhamos projetos executivos, contratados como projetos
661 executivos, e herdamos alguns que, na verdade, eram anteprojetos. E não eram projetos executivos e nem
662 projetos básicos, e, na hora da execução, era muito deficiente se tirar o projeto que se dizia executivo, mas,
663 na verdade, era um projeto básico, trazendo grandes dificuldades, tanto na área do processo construtivo, e
664 outras dificuldades. A defasagem entre a concepção e a execução, como vocês viram, começou a ser pensada
665 e assinada no ano de 93, o Módulo I, e a sua execução em 96, terminava em 2002, quer dizer, um programa
666 que teve uma defasagem bastante grande, e a formação dele, na verdade, a estrutura cartesiana, porque
667 esgoto faz esgoto, lixo faz lixo, e essas coisas não estavam numa realidade interligadas com aquela visão
668 sistêmica. O programa, hoje, busca integrar, fazendo com que as ações não fiquem descoladas umas das
669 outras, mas somando um resultado integral maior e não fazer esgoto na cidade e lixo numa outra. De repente
670 não há problema nenhum, mas tem que ver como maximizar essa intervenção. Políticas de soluções
671 adotadas, fortalecimento da ação executiva, e pode-se medir pelo fortalecimento de um programa integrado;
672 a ligação de um fórum de co-executores, que hoje são aqueles que executam as ações do programa, e tem
673 que ser muito mais executivo e político, do que um fórum rigorosamente técnico, e acaba fazendo os
674 técnicos para um novo paradigma. Na verdade, seria a visão mais sistêmica, em participar de programas
675 desse tipo, mais a participação da comunidade, e é importante, na medida em que as pessoas se apropriam
676 das políticas públicas e conseguem construir juntas, e com estas políticas possam permanecer por meio das
677 mudanças de governo. Não a cada governo, que é terra arrasada e os programas, entrou o governo novo, e se
678 perdeu o que se tinha antes. Um programa como o Pró-Guaíba, que consegue suportar quatro governos
679 diferentes, até porque traz, com certeza, um valor que a sociedade do Rio Grande do Sul tem, de preservação
680 ambiental e a importância que o programa traz. Então, programas desse tipo que permanecem, suportam
681 alternância de governo é porque está muito mais para o lado da sociedade do que da vontade política. E são
682 essas as questões importantes da participação da comunidade e vamos ver se conseguimos estruturar
683 programas com essa natureza. A adaptação dos projetos à nova visão sistêmica, como já falamos, a criação
684 de uma Secretaria de Meio Ambiente, fortalecimento e ampliação dos dois sistemas de recursos hídricos e
685 de administração ambiental, e o problema de gestão ambiental compartilhada. A contribuição da consultoria,
686 que é uma exigência do banco, dá suporte administrativo e técnico para repassar, a transição institucional,
687 numa visão sistêmica, cooperação, espírito público de integração e participação. Na verdade, como foi
688 estruturado o Conselho do programa, é um programa do Estado, e continuidade das ações, do modelo e
689 gestão integrada. Como falou-se em resumo, estou apresentando os cinco componentes do Módulo I e suas
690 intervenções. passo, de imediato, ao Pólo II, cujo resultado que foi desenvolvido junto ao Plano-Diretor,
691 onde nós buscamos maximizar os recursos que tínhamos planejado, fazendo com que as intervenções do
692 Módulo II tivessem, na verdade, uma característica de inclusão de todas as bacias hidrográficas. Porque no
693 Módulo I tivemos duas bacias hidrográficas com obras de esgotamento sanitário. Então, do Módulo I a
694 Bacia do Lago Guaíba e a Bacia do Gravataí, das nove, só duas tiveram obras de esgoto. Das nove bacias do
695 Módulo I, apenas uma teve obra de lixo, resíduo sólido, que é a do Lago Guaíba em Porto Alegre. Vimos

696 que algumas ações que consideramos estruturadoras, no Módulo II, e buscamos fazer a inclusão das nove
697 bacias dentro do programa. Portanto, buscamos incluir o esgotamento sanitário, incluímos as nove bacias em
698 resíduos sólidos, bem como em todas as ações do Governo, com proteção de nascentes, da cobertura vegetal,
699 do programa do manejo do solo agrícola com os agricultores, enfim, podemos considerar que o Módulo II é
700 o módulo da inclusão, já que o Módulo I teve em várias bacias que ficaram excluídas das ações que tinham
701 sido inicialmente propostas. O que orientou a construção e a proposta de planejamento do Módulo II, foi a
702 macrodiretriz que o programa acabou materializando com esse texto. O Programa Pró-Guaíba estrutura-se a
703 partir de uma concepção sistêmica, tendo como unidade de planejamento e gestão ambiental, as bacias
704 hidrográficas, configurando-se numa proposta de transição do modelo de desenvolvimento vigente para o
705 modelo ecologicamente sustentado, economicamente viável, socialmente justo, voltado à construção da
706 autogestão na qual todos os sujeitos envolvidos são chamados à participação do processo de formulação e
707 implementação das ações. Com isso, fomos buscar como se uma materialização daquela macrodiretriz. E o
708 papel aceita tudo, e estamos com uma concepção de planejamento que é, na verdade, uma peça de abstração,
709 e vamos botar isso em termos práticos. A proposta é fazer com que os processos se materializem. Buscamos,
710 com isso, tendo os princípios, objetivos e as diretrizes do programa, reunir todo aquele material, que já tinha
711 sido construído em 97/98, que era o diagnóstico do Módulo I, na região hidrográfica toda. E a esse
712 diagnóstico, atribuímos a tipicidade, dentro de cada tema, buscando aquelas instituições públicas que
713 dominam os dados públicos, para que elas pudessem, junto conosco, construir indicadores e tipicidades.
714 Quer dizer, tenho um indicador, e tenho que ter um índice para comparar. Esta tipicidade, nesse momento,
715 foi apontada por grupos temáticos que o Plano-Diretor constituiu, naqueles órgãos públicos que têm
716 atribuição no tema, definir quais seriam as tipicidades dentro do diagnóstico apresentado. Com essas
717 informações, buscamos, por meio de consulta pública, passar para às pessoas convidadas, que apropriaram-
718 se das informações e habilitaram-se, e conhecendo a realidade e necessidades da região hidrográfica, quais
719 as intervenções que podem promover em relação aos módulos seguintes. E isso fez com que tivéssemos um
720 conjunto de quase 500 demandas de intervenção nas várias áreas que compõem o programa do Módulo II.
721 Essas intervenções traziam alguns princípios, que estamos listando de forma resumida: alguns de
722 discricionariedade, como princípio importante para propostas e demandas, efetividade ambiental, caráter
723 inter-institucional, participação na sociedade, multiparcialidade e melhor qualidade de vida. E os objetivos
724 que deveriam estar sendo almejados pelas demandas eram reunir a qualidade das águas, proteger a
725 biodiversidade, melhorar as condições sanitárias urbana e rural e reiniciar o uso do solo, garantir uma gestão
726 participativa, consolidação das ações do Módulo I. E isso aqui está de forma resumida, que são bem
727 maiores. Vamos passar o endereço na internet, para que possam ter esse material à disposição. O
728 diagnóstico, nós estruturamos por itens, em doze temas, aplicados aos Municípios que compõem cada bacia,
729 são 208 Municípios que, em seu conjunto, compõem as nove bacias, e que, entre elas, em conjunto
730 compõem a região hidrográfica. Alguns temas nós tínhamos o diagnóstico por bacia, pela própria proposta
731 do órgão co-executor, no caso a Emater, que propôs o manejo do solo como diagnóstico por bacia. Mas, hoje
732 achamos que o diagnóstico tem que ser por Município ou microbacia, e uma lei de solo urbano, composto de
733 três temas: drenagem, a questão do uso do solo e a questão da ocupação urbana. E os parâmetros utilizados
734 para cada tema foram definidos juntos aos órgãos públicos, e foram classificados de forma a ter uma escala
735 de alta, média e baixa densidade. Fizemos uma observação: no Módulo II, dentro do diagnóstico do
736 programa, buscamos identificar as tipicidades de cada um dos temas em alta, média e baixa, colocando para
737 a situação altamente crítica, a cor vermelha; de média intensidade, a cor amarela; e de baixa intensidade a
738 cor verde. São as cores das sinaleiras de trânsito e, de certa forma, qualquer pessoa da sociedade pode saber
739 se um tema tem alto grau de densidade, médio ou baixo, sem entender nada do assunto. Então, não precisa
740 ser um especialista para ler um indicador. Um cidadão comum conseguirá ler o indicador e saber o grau de
741 tipicidade de determinado tema. Se for um especialista, ele vai buscar os dados que se têm que confrontar e
742 fazer a sua interpretação. Com isso, fazemos com que as funções possam apropriar-se de forma mais rápida
743 nas informações. Na estruturação do Módulo II buscamos definir alguns temas que chamamos de
744 “estruturais”, na verdade, e são ações controladoras. Esses temas são classificados em cinco: esgotamento
745 sanitário, resíduos sólidos, manejo do solo agrícola, manejo do solo urbano, unidades de conservação e
746 somando a proteção de nascentes. Achamos que esses cinco temas de convenções estruturadoras,
747 potencializam várias ações que gravitam em torno delas. Disso resultou a proposta em relação ao Módulo II,
748 que vou expôr de forma mais objetiva. Nós temos um para cada uma das três áreas: o meio urbano, rural e
749 gestão. No meio urbano: esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo do solo urbano, intervenções

750 estruturadoras. Nesse tema, identificamos no esgotamento sanitário dezenove obras de esgotos, e são
751 dezenove Municípios, abrangendo aí as nove bacias hidrográficas. Então, estas obras de esgoto foram as
752 obras que foram identificadas como de alta tipicidade em função da carga remanescente da população e do
753 curso de água que ela estava atingindo. Então, todas as bacias têm intervenção de esgoto e geralmente são
754 nas grandes cidades. De resíduos sólidos, identificamos oito ações prioritárias: na verdade, acabou sendo
755 constituída em nove ações no seu final, porque foi a proposta de que o resíduo sólido deve ter um sistema
756 por bacia hidrográfica. Esse sistema deve integrar nove bacias, fazendo com que cada uma delas possa ter
757 soluções de graus diferentes, mas que possam constituir um sistema de resíduos sólidos para cada uma, não
758 deixando nenhuma delas sem uma proposta de integração. Estranho não conter, nesta proposta do resíduo
759 sólido, que todas as bacias tenham aterro sanitário, e que todo o Município faça a mesma coisa. A proposta é
760 que, em primeiro lugar, reduza-se a produção de lixo, e o motivo principal é reduzir a produção de lixo.
761 Sabemos que é um processo que trabalha com a indústria, com as pessoas, e leva tempo, mas, é decisivo e
762 fundamental, não há espaço para se enterrar lixo. A proposta é integrar várias soluções que já existem, e dar
763 a ela uma maior efetividade ambiental. Em um Município que tenha uma coleta seletiva, e chega a ter uma
764 compostagem, vamos fazer um outro trabalho, agregar três ou quatro Municípios e ter um galpão de
765 reciclagem, se for o caso. Não que isso seja uma maravilha, mas, nesse momento interessa, enfim, a proposta
766 que possa integrar vários sistemas fazendo com que haja uma condição de solução na questão do lixo, ter um
767 sistema que possa integrar isso. O manejo do solo urbano, seis ações foram definidas, e são ações que
768 trabalham com a questão do reassentamento, trabalham junto com a questão do lixo e do esgoto. Muitas
769 questões exigem o reassentamento, exigem fazer-se a macrodrenagem em algumas cidades, para que se
770 possa efetivar. No meio rural, nas unidades de conservação, constituídas na implementação do Módulo I,
771 dando continuidade, uma lei de solo agrícola, ainda trabalhando com os pequenos agricultores, e aqui o
772 diferencial: no Módulo I do Pró-Guaíba, só se trabalhava com o pequeno agricultor. O médio e o grande, que
773 tinham uma grande capacidade de poluição não eram objetos do Módulo I. Estamos buscando trabalhar com
774 a questão agrícola e não só com o pequeno produtor, mas também fazendo as prevenções mais significativas
775 no médio e no grande também. A ecologia sendo motivo principal na proposta de intervenção e o
776 reflorestamento ambiental em todas as suas dimensões, e sete ações distribuídas por toda a região, e uma lei
777 de solo agrícola também em todas as regiões. Há dentro da Emater o seu eixo principal em todas as suas
778 propostas de intervenção, e são dezessete projetos para os pequenos produtores. A questão de nascente,
779 como uma proposta muito mais de referência, é que em todas as bacias hidrográficas tivéssemos pelo menos
780 uma nascente protegida. Vamos ver qual é a mais importante, o que aproxima, se iniciarmos com uma
781 questão de nascente em todas as nove bacias, isso já integra o nosso Módulo I, pelo menos é uma ação
782 multiplicadora, pelo menos uma se concentra; companhia de gestão, centro de informações geográficas
783 perpassa todas as ações, uns até como geoprocessamento, acompanhamento de diagnóstico por imagem de
784 satélite, trabalhando com análise espacial e com banco de dados associados, tecnologia que é importante e
785 moderna. Um monitoramento ambiental, estruturando o nosso diagnóstico e possibilitando um melhor
786 conhecimento do meio físico e controle disso, estudos e pesquisas e, como componente novo. O importante
787 é o programa, uma lei que dê continuidade, o desenvolvimento em nível institucional, integrando as ações e
788 instituições, um plano de bacias que é peça fundamental para que se tenha mais efetividade das
789 intervenções, controle e fiscalização, dando continuidade a isso, educação ambiental formal e informal,
790 engenharia e administração, que se torna muito mais nos projetos e acompanhamentos. Com isso, nós
791 voltamos ao quadro de investimento do Módulo II, fazendo o total, dos três componentes em
792 US\$495.194.016,00. Essa é a proposta original e o Módulo II está sendo proposto e divide-se em duas fases:
793 Fase 1, que seria uma fase de quase US\$296.000.000,00 e a Fase 2 de US\$198.000.000,00. Acharmos que a
794 capacidade de endividamento do Estado exija a abertura do Módulo II em duas fases. O Quadro de
795 Intervenção, simboliza todas as bacias e intervenções: em esgoto, manejo do solo agrícola, manejo do solo
796 urbano, resíduos sólidos, unidades de conservação e os casos especiais, que são as proteções de nascentes,
797 fazendo com que seja realmente um módulo, que tenha como proposta fundamental, a inclusão de todas as
798 bacias e todos os seus componentes. De forma resumida, deixo a palavra para os senhores fazerem
799 perguntas, e peço desculpa, pois o material não está apropriado para a apresentação de hoje, e só uma
800 comparação e esse desenho do Módulo I, que foi feito, e esta é a proposta do Módulo II. E só o volume de
801 intervenção, e podem ver que a proposta do Módulo I tinha o verde, que é o manejo agrícola, duas bacias no
802 Alto do Jacuí e Taquari-Antas, esgoto só em Porto Alegre, Cachoeirinha e Gravataí e lei do solo só em Porto
803 Alegre e unidades de conservação Delta e Itapuã. E, no Módulo II a proposta é intervenção em todas as

804 formas de bacias. Obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado, Paulo. Complementando a informação trazida pelo
805 Paulo, no estágio atual do Pró-Guaíba, o Governo do Estado, colocou em ordem de prioridade uma decisão
806 do Conselho Político do Governo, o Prodetur, Pró-Guaíba II, Mar-de-Dentro e Programa de Inclusão Social.
807 O montante de investimentos previstos na forma de carta-consulta do Governo do Estado ao Governo
808 Federal é de cerca de um bilhão de dólares, e nem todos esses programas têm os mesmos prazos, e a
809 capacidade de endividamento atual é de menos de cem milhões de dólares. A negociação que a Secretaria da
810 Fazenda desenvolve hoje, visa acertar as condições para que os programas vão à COFIEX hoje, e desses
811 programas só o Prodetur foi à COFIEX por uma decisão política do Presidente Fernando Henrique, em
812 função de que envolvia quatro Estados, e houve uma decisão política do Presidente da República. A
813 COFIEX não tem se reunido com regularidade, e a negociação que a Secretaria da Fazenda conduz junto ao
814 Governo Federal visa não só obter uma negociação específica para o ano 2002, mas acertar um cronograma
815 de tempo, porque cada um desses programas têm um horizonte temporal diferenciado. O Pró-Guaíba tem dez
816 anos, o Prodetur tem vinte anos e assim por diante. Sobre o Pró-Guaíba especificamente, estivemos em
817 Washington em dezembro conversando com o BID, e foi uma missão formalmente de apresentação dos
818 resultados do Módulo II, porque até a COFIEX aprovar a autorização do financiamento não se pode iniciar
819 uma agenda formal de negociação do Módulo II, uma agenda bastante interessante, onde, de maneira muito
820 resumida, foi feita esta apresentação e onde ficou acertado um plano de trabalho. A primeira tarefa que ficou
821 de responsabilidade do Governo do Estado é viabilizar a apreciação da carta-consulta do Pró-Guaíba II na
822 COFIEX – Comissão de Financiamento Externo do Governo Federal. Estivemos com as autoridades
823 responsáveis por este assunto no final do ano, e havia uma expectativa inclusive de que esse assunto fosse à
824 pauta em dezembro. A COFIEX só analisará esse assunto quando o Ministério da Fazenda sinalizar que a
825 negociação da dívida foi encerrada. A COFIEX não se reuniu no período anterior ao natal, e, estamos na
826 expectativa de que isso possa ser feito nas próximas semanas. Ficou sob a responsabilidade do Governo do
827 Estado tratar da aprovação da COFIEX, e o assunto só entrará na COFIEX se a Secretaria do Tesouro
828 Nacional sinalizar que as questões financeiras estão encerradas. Isso ficou como tarefa nossa, e tivemos a
829 solicitação do BID de duas questões consideradas importantes pelo BID. A primeira, com um prazo
830 determinado de três meses, a contar do início de dezembro passado, para a apresentação de um relatório de
831 impacto do programa, com os indicadores dos resultados objetivos em todas as áreas. O BID considerou
832 interessante a informação que levamos, mas quer o relatório de impacto dentro do termo de referência que
833 ficaram de nos passar. A outra questão que o BID já adiantou, é o compromisso de que, após o relatório de
834 impacto ser entregue, mesmo que a COFIEX, eventualmente, não venha a analisar e aprovar o assunto, eles
835 podem mandar uma missão de supervisão do Módulo I para iniciar as tratativas do Módulo II. Eles querem,
836 como primeiro exercício, fazer o que chamam de enquadramento macrológico do banco, que é uma
837 metodologia de priorização. Ou seja, a partir do nosso trabalho, apresentado a eles lá em Washington, há um
838 enquadramento macrológico do banco, como foi feito no caso do Prodetur. Nossa expectativa era que,
839 cumprido o prazo do relatório de impacto, tivéssemos uma missão do BID aqui em março, no máximo em
840 abril. E, por último, dentro da agenda Pró-Guaíba II a expectativa é de aprovar isso no Senado Federal, ainda
841 este ano. Mas, é um ano eleitoral, é difícil, e desta maneira, a assinatura talvez seja no início de 2003, para o
842 contrato do Módulo II do Pró-Guaíba. Não há nenhuma possibilidade de assinatura do contrato do Módulo II
843 do Pró-Guaíba, ainda em 2002. Estamos tratando de uma questão pendente nacional, que é o financiamento
844 da FINEP, que tinha locado um montante de sete milhões, que o programa vinha reservando como recurso
845 para adiantar a contratação dos projetos executivos do Módulo II, de maneira que quando fechássemos a
846 negociação com o BID já tivéssemos os projetos prontos. A FINEPE tem-se revelado extremamente
847 reticente na liberação desse recurso e na renovação do contrato. Fizemos vários contatos, e esse contrato
848 encerrou-se formalmente no final de dezembro, e tínhamos proposto um adiamento deste contrato, e havia
849 um acordo nosso com a direção da FINEPE de utilização deste recurso para tal fim. Foi o que retardou a
850 utilização do recurso, que era necessário, no momento certo para encaminhar-se a contratação. De qualquer
851 forma, o Governo vem fazendo um esforço grande para viabilizar a liberação desse recurso. E é importante
852 referir aqui, que há uma possibilidade de relativização da necessidade de rediscussão das prioridades na área
853 de saneamento, uma vez que essa lista que foi apresentada, trabalha com a hipótese de que o tratamento dos
854 esgotos da área central de Porto Alegre, que remonta em cem milhões de dólares, mais ou menos, não seria
855 necessário financiá-lo pelo Pró-Guaíba, uma vez que a Prefeitura de Porto Alegre já tem aprovação da
856 COFIEX para contrair um financiamento junto ao JEIBIC, que seria o mesmo parceiro do Pró- Mar-de-
857 Dentro para fazer esta ação. E ocorre que no final do ano de 2001, tivemos uma sinalização da Prefeitura de

858 Porto Alegre, em função da crise japonesa. O JEIBIC está revendo todas as suas prioridades de
859 investimentos, e está seriamente ameaçada à possibilidade desse financiamento do JEIBIC, o que nos faria
860 rediscutir a questão da área central de Porto Alegre com alguma relação com o Pró-Guaíba pois nunca
861 tivemos dúvida, pelos critérios, que seria a primeira demanda. Esperamos ter esta resposta da Prefeitura de
862 Porto Alegre até o mês de fevereiro. Falei com o Prefeito Tarso Genro na semana passada sobre isso, de
863 maneira a colocar esta questão e, de uma certa forma, também essa informação que tem relação com a
864 próximo programa a ser apresentado. O JEIBIC está promovendo um corte drástico em todas as negociações
865 e financiamentos que vinham sendo feitas em função de uma séria crise financeira deste banco que atinge,
866 não só, neste caso, o Pró-Guaíba, mas as perspectivas que nós tínhamos em relação à negociação futura do
867 JEIBIC sobre o Mar-de-Dentro. Abrimos, então, para perguntas e esclarecimentos. **Sra. Kathia Maria**
868 **Vasconcellos Monteiro:** Queria solicitar que este material que foi apresentado do Pró-Guaíba e Prodetur,
869 provavelmente do Mar-de-Dentro, que seja enviado aos Conselheiros. **Sr. Presidente:** Ok, vamos proceder
870 no envio do material. **Sra. Teresinha Guerra:** Tenho uma dúvida ainda com relação ao Módulo I, que
871 encerra tudo em julho deste ano. E tem ainda alguma atividade que está sendo desenvolvida ou está sendo
872 executada, e, se ainda há algum resquício de dinheiro ou já encerraram tudo? E teria outra pergunta: acho
873 que em 99 que o Pró-Guaíba emitiu um edital com propostas e não participei muito de todos estes encontros
874 relacionados com o Pró-Guaíba e queria saber a respeito disso também. Obrigada. **Sr. Paulo Alves:** Além do
875 material que vamos repassar aos Conselheiros, os senhores também podem consultar o Módulo I do
876 programa e o Plano-Diretor na página do Pró-Guaíba que é www.proguaiba.rs.gov.br. Em relação a este
877 momento. Nós ainda estamos investindo em algumas obras que necessitam a sua complementação: são o
878 esgotamento sanitário de Cachoeirinha e Gravataí, e está na fase de ligações domiciliares, o Parque Estadual
879 do Delta do Jacuí, que também tem obra de complementação, o Parque de Itapuã, que também tem, algumas
880 licitações para co-executores em relação a complementação de equipamentos, que está em relatórios e apoio
881 administrativo. Em relação à rede de monitoramento, também estamos concluindo o atual pacote de
882 informação. Em relação a questão do manejo do solo agrícola e reflorestamento as ações continuam ainda
883 até o final do Módulo I, e, então, há muitas ações que vamos executar até o último dia, vamos dizer assim, e
884 são ações que a gente pode ir complementando. Algumas já estamos encerrando agora, até porque necessita
885 de contrapartida para finalizar a nossa parcela. Existe, também, a possibilidade de algumas ações em relação
886 à educação ambiental, pois há determinados projetos que têm capacidade de serem absorvidos nestes meses
887 que restam para finalização do Módulo I, e dependendo do seu porte e sua proposta de execução, ele ainda
888 pode ser agregado neste momento, e são restritos à questão da proposta, pois o tempo de execução tem que
889 ser extremamente curto. São projetos pequenos, com objetivo bem claro, mas que ainda existe alguma
890 possibilidade. Em relação ao edital, eu referi na apresentação do Plano-Diretor, e aquilo foi uma consulta
891 pública feita em 2000, que teve como objetivo, levantar a demanda junto à sociedade, para que pudéssemos
892 juntos, fazer a proposta de planejamento do Módulo II. As propostas de intervenção foram feitas por meio
893 daquela consulta pública, e na verdade, não chamamos de edital, embora tenha todo um formato de edital, e
894 agora está sendo concluída em relação aos seus componentes que são tidos como as ações complementares.
895 Definimos na consulta pública as ações estruturadoras, que eram esgoto, resíduos sólidos, manejo do solo
896 urbano, manejo do solo agrícola, unidades de conservação e a proteção de nascentes, com base no
897 diagnóstico, nas propostas e nos co-executores que tinham condições e estavam concordando com a
898 intervenção. Agora, estamos no fechamento do Módulo II, que deve ser em março, apresentado ao Conselho,
899 as ações complementares, ou seja, rede de esgoto, do lixo e manejo do solo agrícola. Temos, também, a
900 legislação ambiental, a capacitação, treinamento, ações que complementam, fazendo uma ação mais
901 sistêmica. Então, a consulta serviu para auscultar e pegar propostas de intervenção. **Sr. Presidente:** Não
902 havendo mais perguntas, passamos então à apresentação do Pró-Mar-de-Dentro, que será feita pelo Diretor-
903 Geral da SEMA, Silvio Botelho, e talvez tenhamos necessidade de uma continuidade dessa discussão no
904 âmbito do CONSEMA, e particularmente a Secretaria teria bastante interesse e disposição em apresentar
905 outros dois programas de cooperação internacional na área ambiental que estão em fase inicial agora em
906 2002: Projeto Mata Atlântica e o Programa Nacional de Meio Ambiente Fase II, e um remontando cerca de
907 doze milhões de marcos alemães e o segundo programa remontando em cerca de dez milhões de dólares. **Sr.**
908 **Arno Leandro Kayser:** Não há mais marco há 21 dias. **Sr. Presidente:** Temos que fazer a conversão. Estes
909 dois programas são a fundo perdido, na forma de doação, e não requerem este trâmite junto à COFIEIX e a
910 questão da capacidade de endividamento externo do Governo. Passamos a palavra ao Silvio para a

911 apresentação do Mar-de-Dentro. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** Antes da apresentação do Mar-de-Dentro,
912 estamos passando para os Conselheiros uma cópia do CD sobre o licenciamento de hidrelétricas, como do
913 Taquari-Antas, que é uma proposta de mudança da metodologia de licenciamento de hidrelétricas. Dentro
914 deste CD também há o Código Estadual de Meio Ambiente e as Diretrizes Ambientais para o
915 Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte, e, num momento mais adequado, podemos discutir este
916 trabalho aqui no CONSEMA. **Sr. Silvio Botelho:** Em primeiro lugar, uma boa-tarde a todos os Conselheiros
917 e Mesa. Coube-me a tarefa de fazer uma apresentação acerca do Programa Mar-de-Dentro, que é um dos
918 programas de gerenciamento de bacias, que a SEMA recebeu ao longo deste processo, que iniciamos a partir
919 de 99, na constituição da Secretaria. O Estado desenvolve dois programas: o Pró-Guaíba e o Mar-de-Dentro.
920 São programas que estavam assentados na Secretaria de Coordenação e Planejamento. No período de 99 até
921 2000, processou-se um conjunto de discussões no interior do Governo, e em 2001, portanto, é o ano em que
922 o programa passa para a Secretaria. Nesse período do programa, na sua passagem pela Secretaria, fomos
923 orientando-o no sentido de que se fizesse um casamento com as propostas da Secretaria, e nós fomos
924 procurando aproximar um pouco as iniciativas que o programa já vinha desenvolvendo aos propósitos deste
925 novo arranjo institucional que é a figura da SEMA. Aqui, vou apresentar aos demais Conselheiros, a
926 abrangência do programa, que compreende a região litorânea, pegando Camaquã, Mirim, São Gonçalo, e
927 aquilo que denominamos como litoral médio. Considerando o litoral norte, Osório, Tramandaí até Torres,
928 isso comporia uma outra bacia, que seria a Bacia do Tramandaí. Abrangeríamos neste programa, 23% do
929 território gaúcho, e compreendendo, portanto, as bacias do Camaquã, São Gonçalo e litoral médio. Para o
930 mapa do OP seria praticamente a região sul, centro-sul e uma parte da campanha. Aqui uma descrição dos
931 ecossistemas que estão abrangidos pelo programa, a região da Lagoa Mirim, Lagoa dos Patos. Esta é a
932 região dos banhados, e também são abrangidos pelo programa, onde há um universo enorme de animais,
933 num conjunto grande de espécies que compõem a flora e a fauna. O programa também abrange a biosfera da
934 Mata Atlântica, portanto, muito importante como programa de preservação ambiental, e abrange também o
935 Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Esse seria então, um levantamento realizado pela JICA, e das zonas
936 úmidas, que são abrangidas pelo programa, e representaria em torno de 4% da sua área. Aqui há um
937 elemento importante, a região do programa abrange também uma região onde se está trabalhando a questão
938 do Delta do Camaquã, que é uma região onde há uma discussão sobre constituição de um Parque Estadual.
939 Há algumas iniciativas para o programa do governo e está dialogando com a política de constituição das
940 unidades de conservação desenvolvidas pela Secretaria. Aqui há uma descrição basicamente das atividades
941 que são desenvolvidas na região, e uma região onde predominam as atividades rurais, indo pela lagoa, os
942 Parques da Lagoa Mirim, e pecuária extensiva, e na parte da agricultura, a orizicultura, que representa,
943 portanto, uma das principais atividades. Aqui também um elemento importante, essa é uma região que
944 recebe toda uma carga de produtos originais das atividades industriais, e focos importantes na região de Rio
945 Grande, e até mesmo carga de outras regiões do Estado. Outro dado importante, as comunidades indígenas
946 também são abrangidas pelo programa. No geral, os grandes pólos urbanos no Estado estão acompanhando
947 em conjunto, problemas ambientais, que vão desde a ocupação da imagem, resíduos sólidos, despejo de
948 esgotos domésticos e industriais na região. Uma descrição do que seria a população total de indivíduos do
949 programa, que chega a um milhão e cem mil pessoas, representando em torno de 12% da população estadual,
950 que é cerca de nove milhões de habitantes. Abrange em torno de 50 Municípios. As duas cidades-pólos,
951 Pelotas e Rio Grande estão no programa. Este é um referencial jurídico, que estruturou a idéia do programa,
952 com base no Decreto Estadual nº 35. 237, de 06-05-94, e passou por reformulação a partir de 99, com
953 alterações estruturais a serem estabelecidas em novo decreto, em fase de estudos. É um pouco da reflexão
954 que fizemos na SEMA, mas de forma preliminar, pois, precisamos fazer agora com urgência a apresentação
955 a seus co-executores e aos Conselhos, para enriquecer a proposta da estruturação do programa. O programa
956 iniciou a partir de 2001, com a sua transição para a SEMA, saiu do Planejamento, e com o prazo da
957 competência legal, que é a referência na lei da criação da Secretaria. Identificamos quando recebemos o
958 programa, algumas questões que precisaríamos fazer, conservando o cenário de 2001/2002. Viabilizar as
959 análises do Plano-Diretor, recentemente, à época, em 2001, entende que pela consultoria da JICA, bem
960 como a contrapartida referente a resposta positiva do Japão ao pedido formulado em 2000, pelo Governo do
961 Estado. Para a continuidade deste trabalho, relacionávamos as perspectivas de viabilização do financiamento
962 dos recursos necessários para a efetivação de execução do programa. E, registro que, a partir de março,
963 quando os japoneses, então, encaminham para nós o que é o diagnóstico da região, a partir do estudo, o

964 Governo encaminha uma formulação de viabilidade para um conjunto de projetos, em julho de 2001.
965 Fizemos uma visita à JICA, em São Paulo, onde tivemos uma sinalização e, à época, foi pedida uma
966 reformulação daquela proposta de viabilidade que tínhamos encaminhado. Encaminhamos em agosto de
967 2001, trabalhando basicamente a idéia de exposição de resíduos sólidos na região, pois, foi pedido que
968 identificássemos um dos temas, naquele conjunto apresentado na proposta. Enviamos em agosto o ofício, e
969 esse documento foi encaminhado ao governo japonês, e no momento estamos aguardando uma sinalização,
970 que até então mostra-se positiva. Nas relações com o Governo, com a agência ABC, também já
971 encaminhamos a documentação, ainda no nível de gestão, em termos de planejamento, que também teve já o
972 aceite. Um outro elemento é estabelecer as condições para a implementação dos recursos próprios, das
973 propostas para o ano 2000, no sentido de potencializar as ações locais na área de abrangência do programa e
974 utilizar as ações das entidades parceiras, no âmbito do próprio Governo, dos Municípios e outras instâncias
975 governamentais, bem como as ONGs que têm atuação no Mar-de-Dentro. Esse é um elemento que já está
976 presente no conjunto de compromissos que foram firmados desde 99 no programa, com iniciativas ora com
977 prefeituras, ora com ONGs e com um conjunto de convênios que a gente vem mantendo, fazendo os aportes
978 financeiros e, portanto, viabilizando várias iniciativas locais. E depois buscar também atender as demandas
979 ordinárias pela captação de recursos a fundo perdido. O elemento principal aqui é o PNMA, onde a
980 Secretaria estabeleceu, de 99 para cá, um conjunto de esforços que resultou na proximidade, agora ainda
981 este ano, que devemos fechar os convênios para aportar em torno de quatro milhões de dólares, na Bacia do
982 Camaquã, que é uma região abrangida pelo programa. Portanto, casando com a iniciativa que fora adotada
983 pela Secretaria, anterior a chegada do programa, e depois precisamos de um casamento e um conjunto de
984 iniciativas para viabilizar aporte de recursos para dentro do programa. Até então, o programa se mantém,
985 pelos recursos aportados pelo Estado. Com essa iniciativa nós buscamos recursos junto ao Governo Federal.
986 E aqui um registro para salientar o caráter indutor do desenvolvimento lógico sustentável aliado à geração
987 de emprego, a distribuição de renda, que estão contemplados nas alterações do que diz no Programa Mar-de-
988 Dentro, uma vez que tal viés não estava expressamente descrito nos objetivos constantes do decreto de
989 criação do programa. A reflexão que nós fizemos de questões que precisávamos constituir dentro do corpo
990 do decreto, vamos descrever. Elegemos, e quero registrar que isso é ainda uma visão preliminar, portanto,
991 passível de algumas mudanças, e avançar a discussão com os co-executores e com o Conselho, enfim, mas
992 elegemos aí, preliminarmente, um conjunto de estratégias para intervenção, que oram citadas, e são ações
993 voltadas para o planejamento regional e gerenciamento ambiental participativo contemplando a educação
994 ambiental, o monitoramento ambiental, o controle ambiental, o saneamento ambiental e a preservação do
995 dano ambiental. Ações baseadas nos atos administrativos e as informações disponíveis e produzidas, bem
996 como, na divisão dos trabalhos e responsabilidade dos diversos apoios institucionais associados. E num
997 outro, ações de caráter emergencial para minimização dos problemas sociais, ambientais verificados na
998 região. Um objetivo superior, que comporia, seria constituir um Plano Diretor de Gestão Ambiental para o
999 gerenciamento ambiental participativo das bacias hidrográficas de Camaquã, Mirim, São Gonçalo, litoral
1000 médio da região hidrográfica litorânea visando o desenvolvimento ecologicamente sustentado no qual a
1001 preservação ambiental, a geração de emprego, a distribuição de renda e uma melhor qualidade de vida para
1002 todos torna-se realidade. Nos objetivos gerais teríamos a ampliação de condições básicas para a melhoria
1003 socio-ambiental das comunidades na área de abrangência, estimular o movimento ecologicamente
1004 sustentável dentro da região e colaborar para a conscientização socio-ambiental da população. E objetivos
1005 gerais ainda, promover a proteção da biodiversidade da região, estabelecer as condições para implementação
1006 com recursos próprios de programas e propostas do Programa Pró-Mar-de-Dentro, e potencializar as ações
1007 locais. Utilizar as ações parceiras no âmbito do próprio Governo do Estado, da União, dos Municípios bem
1008 como das organizações não-governamentais com a atuação na sua área de abrangência. Estabelecer
1009 negociações com diversos organismos nacionais e internacionais para a captação de recursos financeiros,
1010 fundamentais para a consolidação do Programa Mar-de-Dentro. Atender as demandas originadas pela
1011 captação de recursos nacionais e internacionais para viabilizar as ações dos subprogramas, do Programa Pró-
1012 Mar-de-Dentro. E aqui o desenho do que se quer executar . O programa está estruturado em torno de quatro
1013 módulos, com previsão inicial de desenvolvimento em um prazo de dezesseis anos. Então, isso seria o tempo
1014 da execução do programa. As ações estão instruídas em sete subprogramas, que a gente pode descrever mais
1015 adiante. E isso seria um subprograma: administração e gerenciamento, que teria como objeto a coordenação
1016 e planejamento da gestão do programa, integração dos diversos subprogramas. O plano de comunicação e
1017 informações geográficas, que seria um sistema de informações geográficas da região. O subprograma de

1018 educação ambiental, desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural. Preservação do patrimônio ambiental
1019 e cultural e, por último, o desenvolvimento de fortalecimento institucional. Aqui houve uma breve inscrição
1020 de quem são os parceiros que compõem o programa: AGAPAN, AGUATERRA, AGUAMAR, que são as
1021 nossas ONGs, as comissões provisórias, as bacias, os conselhos municipais da região, os COREDES, a
1022 CORSAN, aqui, órgãos de governo, Governo Federal, EMBRAPA, as fundações (FEPAGRO),
1023 universidades, o Ministério, IBAMA, UNITE, depois mais algumas ONGs, ANATE e UNEMA. As
1024 prefeituras Pelotas, Rio Grande, Arambaré e Tapes, algumas Secretarias do Estado, e aqui também inclusive
1025 a própria Universidade do Vale do Rio dos Sinos que tem realizado um estudo na Bacia do Camaquã. Então,
1026 aqui um resumo que em 2000 foram cumpridas as metas estabelecidas nos trabalhos com a JICA, e tendo
1027 sido entregue em agosto o relatório final. Depois, em março de 2001 foi feito um relatório final do
1028 gerenciamento ambiental da bacia elaborado pela JICA. Em 2000 foram firmados nove convênios com
1029 entidades do programa, e pavimentação e projetos-piloto, na ecologia, habitação, proteção de matas ciliares,
1030 proteção ambiental, monitoramento ambiental e mais de dez convênios que se encontram em estudo dentro
1031 do projeto. Então, aqui um resumo das iniciativas que tínhamos desenhado para 2001: contratos com a JICA,
1032 que isso já realizamos ainda no ano passado, retomando a discussão; estabelecimento de assuntos em
1033 diversos órgãos, organismos nacionais e internacionais em busca de recursos, e isso está dentro do PNMA, e
1034 firmatura de novos convênios, de acordo com a disponibilidade do Estado. Para aquele leque de convênios
1035 que recebemos, reorientamos vários convênios junto com os nossos parceiros a partir dessas novas
1036 premissas. E isso é o desenho, também é uma visão preliminar, de reestruturação do Programa Mar-de-
1037 Dentro. Então, consta um anexo ao nosso decreto. E é mais ou menos um organograma identificando o
1038 Governo do Estado, a vinculação do programa já na Secretaria do Meio Ambiente, a constituição de um
1039 Conselho Diretor e um Conselho Técnico Consultivo. E nós trabalharemos com a figura da coordenação do
1040 programa, e não com a figura do Secretário Executivo do Programa. E uma assessoria técnica, uma
1041 assessoria administrativo-financeira, em virtude do conjunto de compromissos que temos firmado, e depois
1042 as demais entidades que comporiam as nossas relações de dados operantes, governamentais e não-
1043 governamentais. Assim, a assessoria técnica é vinculada à coordenação. E para fazer um apanhado geral de
1044 quais são os convênios: com a FURG, monitoramentos qualitativos, parques, e depois convênio de
1045 elaboração de estudos sobre as águas, Plano-Diretor Ambiental para a Bacia Hidrográfica em São Gonçalo.
1046 Convênio com UFPEL sobre a Lagoa Mirim para estabelecer um estudo sobre a configuração da rede
1047 tecnológica da bacia. E convênio com a FEPAGRO, a biodiversidade e agroecologia, que está em execução.
1048 Esse aqui é um convênio que tinha falado anteriormente com a Unisinos, sobre a Bacia do Camaquã e já
1049 trabalhando a idéia da constituição de uma unidade de conservação. Esse é um convênio que tem o
1050 Ministério Público, inclusive em 17 de dezembro, se não me falha a memória, o Ministério abriu lá um
1051 escritório com os recursos do Programa. E isso é um Protocolo de Intenções, que está em estudos. Esta é
1052 uma iniciativa que se tem desenhado junto com as Prefeituras de Pelotas e Canguçu, embora haja um
1053 namoro bem adiantado com Rio Grande, na idéia de constituir um estudo para se constituir o APA dos
1054 Lagos. Uma iniciativa apresentada pela Deputada Cecília Hypólito na região, e também já um debate forte
1055 na região, a idéia que o programa possa alavancar este debate, portanto, criar as condições para a
1056 constituição da APA. Estamos desenhando uma iniciativa para que em março se faça um seminário na
1057 região, enfim, trazendo experiências de outras regiões do País para fazermos uma reflexão, portanto, tirar as
1058 linhas gerais para a manutenção de um estudo com esse objetivo. E aqui o convênio com a UFPEL sobre
1059 saneamento, urbanismo e gestão ambiental. O convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1060 sobre biodiversidade, convênio com o NEMA, ali em Cassino. Esse convênio deveremos firmar ainda este
1061 ano, já há um compromisso, já avançou bastante na minuta, nas condições para a firmação do convênio. Isso
1062 é uma obra em andamento para acompanharmos o conjunto de ações de educação ambiental. O Estado pensa
1063 que esta obra pode estar concluída para os veranistas no ano que vem. E são alguns convênios que ainda
1064 estamos refletindo, com a FURG. Essas, são algumas ações que desenvolvemos neste período de 99. Isso
1065 resume um pouco. O Paulo Maier, que é o nosso colega, ao fundo, em muito breve vai estar empossado na
1066 Comissão, como novo Coordenador do Programa, em virtude de que o nosso Colega Arnaldo saiu para
1067 executar atividades em outras áreas do Governo. O Paulo é o mais novo integrante da SEMA, engenheiro
1068 agrônomo. Só registro que esta tarefa, esta sabatina de hoje, pela chegada do Colega, assumi esta tarefa. **Sr.**
1069 **Presidente:** Está aberto para perguntas e esclarecimentos. Informo que pela Secretaria Executiva não temos
1070 mais “quorum” e vamos fazer a rodada de esclarecimentos e depois tratar do encaminhamento desta

1071 discussão, uma vez que estamos com o horário bastante adiantado, talvez tenhamos que replanejar a
1072 discussão de conteúdo propriamente dito. **Sr. Luiz A. P. Rampazzo:** Inicialmente, boa tarde a todos os
1073 companheiros Conselheiros. Gostaria de elogiar a indicação do companheiro Paulo Maier, um companheiro
1074 conhecido nosso, de Rio Grande, e militante do movimento ambiental, um companheiro do CEA, também, e
1075 é uma reivindicação importantíssima, já que vínhamos há horas reivindicando que o nome se mantivesse
1076 como um nome da região, uma pessoa que conhecesse a região. Um termo que gosto, e, há pouco tempo
1077 numa discussão aprendi isso, diz-se na linguagem popular que o Paulo Maier toca de ouvido, nessas
1078 questões ambientais. Acho que a indicação é pertinente, e nós temos confiança no trabalho do companheiro.
1079 Outra questão que gostaria de lembrar é que a APEDEMA e a SEMA, vinham lembrando da necessidade de
1080 um novo redimensionamento e uma injeção no Programa Pró-Mar-de-Dentro, já que ele é extremamente
1081 importante para a Metade Sul do Estado. Também estamos sendo atendidos pela SEMA, em face dessas
1082 solicitações e várias vezes já pautamos a questão. Outra solicitação, é que o Programa Mar-de-Dentro siga
1083 fazendo aquelas aproximações com as instituições regionais, no sentido de democratizar as informações em
1084 vários Municípios, pois, nós percebemos que antes da existência do Programa Pró-Mar-de-Dentro, as
1085 instituições estavam muito separadas, e muitas delas até agindo na mesma direção, mas de uma forma muito
1086 separada. O Programa Mar-de-Dentro consegue trabalhar esta aproximação das várias instituições. E uma
1087 outra solicitação também é no sentido de que o Governo do Estado gestione um estudo de viabilidade junto
1088 a JICA para que ele seja executado. Recebemos uma notícia há pouco do Secretário Langone, na visita que
1089 fez, das dificuldades financeiras que passa hoje o Japão, mas não nos furtamos de reivindicar que há hoje,
1090 junto ao Governo Federal, a questão que autoriza ao Rio Grande do Sul, o financiamento que está na carta-
1091 consulta que foi entregue ao JEIBIC, no valor de 247 milhões de dólares, referentes ao Módulo I do Pró-
1092 Mar-de-Dentro. Outra reivindicação que fazemos, é que tenhamos um escritório regional. Já é uma
1093 reivindicação de muito tempo. Trago também a palavra do Secretário de Qualidade Ambiental do Município
1094 de Pelotas, o Alexandre Melo, no sentido de colocar à disposição, a Prefeitura de Pelotas, para o caso do
1095 escritório ser na Cidade de Pelotas. E, para encerrar rapidamente, coloco em nome do Centro de Estudos
1096 Ambientais, a disponibilidade que temos de auxiliar o Programa Pró-Mar-de-Dentro, já que há alguns
1097 projetos de educação ambiental que o CEA trabalhou junto ao Programa Pró-Mar-de-Dentro fazendo a
1098 interface, e um deles é a própria FEPAGRO. Então, é esta nossa exposição, e parabéns novamente pela
1099 indicação do companheiro Paulo Maier. **Sr. Lélvio Luzardi Falco:** Antes de mais nada, cumprimento a
1100 todos. É uma satisfação estar mais uma vez falando sobre o Mar-de-Dentro, na realidade fomos o Primeiro
1101 Secretário do Programa. Fui pego de surpresa, mas parableno o Paulo Maier, e se é da região sul tem o
1102 nosso apoio, e também me irmano ao Rampazzo na condição da cobrança da instalação do escritório na
1103 região sul. E que fizemos isso ao longo de seis anos já em diversas manifestações, iniciando em governos
1104 anteriores. Gostaria de ressaltar que, na realidade, entre COREDES e OP havia sido previsto um valor de 64
1105 milhões no Orçamento Plurianual, e, deste montante, muito pouco foi efetivamente encaminhado. Acho que
1106 nem a décima parte deste valor, ao longo dos dois anos, considerando o terceiro ano. E então, há uma
1107 permissão orçamentária que não está sendo utilizada. Em segundo, realmente no início não estava a par, e
1108 comentava a desestrutura do programa, que desde a saída do companheiro Soller, que me pediu que o
1109 estivesse representando aqui, foi o último Secretário nomeado efetivamente pelas formas, pois a última
1110 reunião do Conselho do Programa aconteceu em agosto de 2000, há 16 meses. Então, a estrutura, parece-me,
1111 do decreto que continua vigindo, é que há uma indicação do Conselho ao Governador, que homologa e
1112 publica no Diário Oficial o nome do Secretário. Então, é pelo menos legalmente, e me parece que é a regra
1113 hoje vigindo. Esta reunião do Conselho deveria ser chamada até para homologar. Tenho certeza que sendo
1114 um companheiro da região sul terá o nosso apoio também. Algumas destas informações temos desde o ano
1115 de 2000. Gostaríamos apenas de cobrar e solicitar a maior urgência nesse Programa Mar-de-Dentro para a
1116 região sul, pois tivemos o desprazer de sermos cobrados pelo Ministro Nei Suassuna, quando esteve em
1117 Pelotas, em dezembro, de que havia 300 milhões de dólares desde 98, disponíveis para fins de avaliação do
1118 Governo Federal, e que não havia a solicitação do recurso. E até acredito que se pedido, não levaríamos,
1119 mas como nós não pedimos, tivemos que ouvir que não pedimos, isso é uma situação que talvez o
1120 Rampazzo nem soubesse. Mas isso consta de um projeto para a Metade Sul que está começando a retomar
1121 seus trilhos, que é a Mezo Região da Metade Sul, em que inclusive outras Secretarias do Governo fazem
1122 parte, notadamente o Planejamento, e há outra Secretaria que tem participado das reuniões quinzenais deste
1123 Programa. Mas, realmente, parableno a indicação do companheiro de Rio Grande, que sempre foi a nossa

1124 defesa aqui por pessoas da área. Acredito, também, em nome de Pelotas, que hoje é uma Prefeitura alinhada,
1125 também é PT, que nós possamos ter, pois apresentamos na última reunião do Conselho uma Ata, a
1126 publicação no Diário Oficial de que a Secretaria seria instalada em prédios próprios da Prefeitura de Pelotas.
1127 E acho que o histórico do Programa Mar-de-Dentro deve ter esses documentos, e se não tiver, tenho-os em
1128 meu poder, e posso repassar. E isso foi publicado no Diário Oficial. Obrigado. **Sr. Presidente:** Estamos na
1129 fase de perguntas e esclarecimentos e depois vamos fazer a discussão global. E logo a seguir, no final dos
1130 questionamentos, vamos abrir para proposições de encaminhamento. **Sr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva:**
1131 Meu comentário é mais uma observação, é mais de natureza institucional, do arranjo institucional do
1132 Programa, e creio que devemos utilizar como experiência o que nós temos acumulado em outras
1133 experiências no Estado, como o Pró-Guaíba, e que já vai para o Módulo II. Só quero chamar a atenção em
1134 relação ao Mar-de-Dentro, pois, pelo que vi da exposição, parece-me que quem é co-executora, uma parte
1135 rural, seria a EMATER. Chamo a atenção para isso, pois hoje, temos dificuldades de realizar uma série de
1136 operações quando a demanda parte da administração direta, no caso, da agricultura, e a gente tem tido uma
1137 série de dificuldades de execução em relação ao Pró-Guaíba, e pela natureza jurídica da EMATER. A
1138 EMATER é uma empresa privada, ela tem uma natureza privada, e tem um arranjo bem peculiar, um
1139 desenho jurídico bem peculiar. E então, não permite, sendo a EMATER mesmo vinculada à Secretaria da
1140 Agricultura do Estado, não é permitido a ela, como executora, que nós possamos executar atividades,
1141 demandas dos departamentos da administração direta da Secretaria da Agricultura, via EMATER como co-
1142 executora. Quer dizer, isso nos obrigaria a praticamente um convênio da Secretaria da Agricultura do Estado
1143 com o Pró-Guaíba, e o que tem sido feito em várias gestões, de natureza jurídica, para ver a viabilidade
1144 disso, inclusive com indicativos de dificuldades que poderiam ser apresentadas pelo próprio banco. Então,
1145 chamo a atenção, já que o Mar-de-Dentro é um programa que está iniciando, quer dizer, que ainda tem
1146 possibilidade de corrigirmos alguns desvios a partir da experiência de outros programas como o Pró-Guaíba.
1147 Aproveitando inclusive a oportunidade, da presença do companheiro Paulo Maier aqui, que vem agora
1148 assumir a Coordenação do Programa. Coloco-me, como representante da Secretaria da Agricultura neste
1149 Conselho, à disposição para interlocutar entre a Coordenação do Programa e a Direção da Secretaria para a
1150 gente buscar um arranjo que permita, no futuro, ações da administração direta e não apenas da EMATER
1151 junto à região. E às vezes parece que só quem executa atividades na área da agricultura é a EMATER. E a
1152 Secretaria da Agricultura tem um número de departamentos e de órgãos que também executam ações na
1153 área da agricultura. **Sr. Presidente:** Tivemos várias manifestações de conteúdo. E gostaria de colocar em
1154 apreciação para abrir a propostas de encaminhamento global na reunião. Tivemos três apresentações, que
1155 foram bastante longas, e tivemos um período grande de esclarecimentos e perguntas, e no presente momento
1156 não temos “quorum”, que não impede o Conselho de discutir, mas temos duas alternativas, objetivamente:
1157 ou seguimos a reunião e fazemos aí 45 minutos ou uma hora de discussão de conteúdo ou nós fazemos uma
1158 nova reunião de Conselho para discutir o assunto. E nós, obviamente, pautamos a apresentação a partir do
1159 interesse de algumas entidades que gostariam de discutir o assunto. Então, coloco a palavra à disposição,
1160 para sugestões de encaminhamento, uma vez que temos já 17h30min e precisamos fazer uma reflexão mais
1161 global sob pena de abrir uma rodada de falas agora e vai acabar fazendo a discussão sem um planejamento
1162 mínimo e sem que se dimensione, inclusive, o teto de permanência das pessoas aqui, que pode provocar o
1163 esvaziamento da reunião. Está aberto para proposições. **Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva:** A discussão de
1164 conteúdo dos programas é muito importante, não só pelos programas, mas os programas vão remeter de fato
1165 à discussão das políticas mais gerais no Estado, pois são instrumentos da política ambiental no Estado. E me
1166 parece que seria prejudicado fazer essa discussão de forma atropelada. O mais razoável seria, de fato,
1167 transferir esta discussão importante de conteúdo para uma outra ocasião, que tivéssemos o tempo necessário
1168 para fazer esta discussão. **Sr. José Lauro de Quadros:** Corroborando com a manifestação do Presidente e do
1169 Nilvo achamos também que já estamos sem “quorum” e as reuniões normalmente duram três horas, e já
1170 passam das 17h30min, e continuaríamos numa outra reunião, e concordo que para inclusive tomar decisões,
1171 se for o caso. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Acho que uma das entidades que pediu estes
1172 programas foi o Amigos da Terra. E nós gostaríamos de conhecer estes programas, com exceção do Mar-
1173 de-Dentro e Pró-Guaíba que nós tínhamos conhecimento; e muitas das dúvidas que tínhamos foram aqui
1174 sanadas. Tenho medo de marcar uma reunião para fazer encaminhamento e ter que fazer todas as
1175 apresentações de novo. Vão vir outros Conselheiros, que não vão poder fazer encaminhamentos sobre um
1176 assunto que não têm conhecimento. Então, queria sugerir que se houver realmente necessidade de se

1177 aprofundar esta discussão, que estes Conselheiros que estão até agora aqui se manifestem, pois se era só
1178 para termos conhecimento dos programas, acho que o assunto está resolvido. **Sr. Presidente:**
1179 Objetivamente, a questão que a Conselheira Kathia traz é procedente, os Amigos da Terra foi um dos
1180 demandantes da inclusão deste ponto, e considera-se satisfeita com a informação trazida. A AGAPAN
1181 também foi uma das solicitantes. Faço um consulta se há, de parte do Plenário, uma demanda de
1182 continuidade desta discussão no Conselho, pois, a partir disso, nós dimensionaríamos como fazer, inclusive
1183 para resgatar a preocupação da própria Conselheira Kathia, da possibilidade de ter que repor novas
1184 informações. Aparentemente, não há esta demanda. E se houver, ela pode ser encaminhada à Presidência, e
1185 nós encaminharíamos a inclusão na pauta. Fica aqui à disposição da SEMA a avaliação dos Conselheiros de
1186 apresentar esses outros dois programas, que foram referidos. O PNMA, inclusive, objetivamente, deverá vir
1187 ao Conselho e já está sendo tratado no âmbito da Câmara Técnica respectiva. E gostaria de fazer uma
1188 consulta aos Conselheiros sobre a hipótese de fazermos uma nova reunião de Conselho em fevereiro, uma
1189 vez que temos demandas objetivas de pauta, particularmente, inclusive a Câmara Técnica que trata das
1190 questões municipais sugeriu à Presidência a inclusão na pauta de hoje da habilitação de mais quatro
1191 Municípios que estão requerendo urgência na apreciação, e estes pareceres estão concluídos. A nossa
1192 disposição seria marcarmos uma reunião em fevereiro consolidando essa dinâmica mensal e isso deveria
1193 ser feito necessariamente após o carnaval, uma vez que entramos agora num calendário de Fórum Social
1194 Mundial e logo após o carnaval. Alguma manifestação de contrariedade a esta possibilidade de termos uma
1195 reunião em fevereiro? **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** A Amigos da Terra vai entrar em férias
1196 coletivas logo após o Fórum Social, e só posso garantir, neste momento presença no Conselho no dia 18 de
1197 fevereiro. No caso, eu estarei em Porto Alegre. E a nossa Conselheira Titular não sei se ela pode vir. **Sr.**
1198 **Presidente:** É importante que se levante isso em função de que podemos planejar, mesmo decidindo fazer
1199 em fevereiro, planejar para um período onde tenhamos menos dificuldades de comparecimento. **Sr. José**
1200 **Lauro de Quadros:** O dia 18 é uma segunda-feira à tarde, e junto com o dia 25 seriam dias apropriados.
1201 **Sr. Presidente:** Ficaríamos com o indicativo de realização de uma nova reunião em fevereiro, e vamos
1202 tentar trabalhar, conforme o combinado aqui no Conselho. E hoje foi feita a reunião no Conselho por uma
1203 excepcionalidade, pois a nossa combinação são quintas ou sextas, de maneira intercalada. E nós
1204 consideraremos esta limitação objetiva do Amigos da Terra, deixando o indicativo para depois de 18 de
1205 fevereiro. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só vou estar em Porto Alegre no dia 18. Volto da
1206 praia no dia 17, e vou para São Paulo no dia 19. Agora, a Lúcia, que é nossa titular, não sei qual é a
1207 programação de férias dela. **Sr. Presidente:** Podemos ver isso especificamente com o Amigos da Terra,
1208 então, para garantir a presença da Entidade, e ficamos com o indicativo de uma reunião na segunda quinzena
1209 de fevereiro e eventuais sugestões de pauta podem ser encaminhadas à Presidência de maneira que possamos
1210 compor as pautas prioritárias, tendo já este registro da Câmara de Gestão Compartilhada sobre a habilitação
1211 dos Municípios. Na próxima reunião estaríamos distribuindo a minuta de indicativo do calendário anual, de
1212 maneira que nós pudéssemos ter avaliação e formalizarmos o indicativo do calendário anual na próxima
1213 reunião. E todos avaliando o planejamento das suas instituições, poderemos ter um acordo sobre um
1214 calendário mais efetivo para o ano de 2002. **Sr. Ricardo Litwinski Süffert:** Recebemos junto com a
1215 convocação da presente reunião, uma cópia da Resolução CONSEMA nº 16/2001, que trata da proposta de
1216 inclusão no anexo único de Resolução do CONSEMA nº 05/98, das atividades referentes ao uso de recursos
1217 naturais. Esse assunto foi discutido na 38ª Reunião Ordinária do CONSEMA, do dia 19-10-2001, e a
1218 proposta que veio das Câmaras Técnicas, é que dois assuntos foram modificados naquela oportunidade, e
1219 passaram então a constar desse Anexo. Acontece que na Resolução que foi publicada no Diário Oficial
1220 apenas um desses dois assuntos foi contemplado, e o outro não foi. A questão da exploração de florestas
1221 com espécies nativas, onde o grau de poluição havia sido baixado na reunião do CONSEMA para grau
1222 pequeno, e estava inicialmente em grau médio. E na publicação que foi feita no Diário Oficial,
1223 equivocadamente continuou como grau médio. Consta, inclusive, na Ata que foi acordado na 38ª Reunião, o
1224 entendimento de que, por consenso de todos os Conselheiros, que houvesse esta alteração para impacto
1225 pequeno. Então, acho importante deixar o registro aqui hoje para que se encaminhe numa nova publicação
1226 no Diário Oficial e reduzindo esse grau de impacto para pequeno. **Sr. Presidente:** Ok. Vai ser feita a
1227 retificação no Diário Oficial, e isso não requer apreciação. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente, o
1228 “quorum” já está muito reduzido, mas para que conste nesta Ata da primeira reunião do CONSEMA deste
1229 ano 2002, a Associação Gaúcha de Empresas Florestais instituiu há 20 anos uma premiação denominada

1230 “Diploma Mérito Florestal”, para homenagear uma empresa privada, uma instituição pública e uma pessoa
1231 física que tenham se destacado no apoio ao desenvolvimento da atividade florestal gaúcha e brasileira. Essa
1232 premiação foi concedida apenas duas vezes, na primeira edição, quando foi criada e no ano 2000. Para o ano
1233 2002 foi novamente retomada esta premiação e é com muita satisfação que nós registramos aqui que um dos
1234 agraciados, como instituição, foi o DEFAP – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, pelo trabalho
1235 do Dr. Luiz Felipe e de sua equipe, no diálogo com a classe florestal, e esta homenagem ao DEFAP é uma
1236 homenagem que se estende à Secretaria do Meio Ambiente e ao Secretário Cláudio Langone, já que a
1237 Secretaria tem uma orientação de trabalho que suas equipes vêm desenvolvendo, e ficamos muito satisfeitos
1238 em poder registrar nesta reunião do Conselho esta premiação ao DEFAP/SEMA. A empresa privada
1239 premiada foi a Klabin Riocel, não só pelo seu trabalho de controle à poluição, de respeito ambiental, e uma
1240 empresa associada à AGEFLOR, que tem certificação ISO e agora em dezembro recebeu a Certificação
1241 FSC. E a pessoa física homenageada é o Dr. Paulo Viladino, advogado, que há quase 30 anos vem militando
1242 no direito florestal e ambiental, e também merecidamente está sendo agraciado. A solenidade será realizada
1243 na primeira quinzena de abril, vai ser numa segunda-feira, em local a ser determinado e os Conselheiros do
1244 Conselho serão convidados para participar desta solenidade de outorga do prêmio. **Sr. Alexandre Bugin:**
1245 Tem um assunto que estava até reticente em colocar no CONSEMA, mas devido até a apresentação dos
1246 programas hoje, e a nossa preocupação nesse sentido, acredito que seja pertinente e até solicito uma opinião
1247 de como encaminhar este assunto, porque talvez seja um assunto específico da FEPAM, mas acredito que
1248 envolve o CONSEMA em termos de planejamento. Todos sabem, e uma coisa que está preocupando,
1249 principalmente a comunidade de Capão da Canoa, é a expansão imobiliária que está tendo aquele Município.
1250 Houve uma mudança no Plano-Diretor no ano passado, e que não houve a participação da comunidade, e
1251 simplesmente mudou o Plano-Diretor, e tivemos, em questão de um ano, a construção de no mínimo seis
1252 prédios de quinze andares na beira da praia. Então, o que está havendo é que existe uma faixa restante da
1253 praia, no caso, e que se não houver algum tipo de disciplinamento ou algum tipo de controle isso vai levar a
1254 um aumento populacional, daquela faixa, em pouco tempo, e com certeza, aquele ecossistema de dunas, a
1255 questão do esgoto, não há nenhuma infra-estrutura adequada para receber. A questão viária também, e isso
1256 se nós pensarmos poderíamos extrapolar para outras praias. E isso já foi um caso que ocorreu em Torres, e a
1257 comunidade de Torres se movimentou e meio que estancou o processo. Em Capão da Canoa está ocorrendo,
1258 e futuramente as outras praias, que estão muito próximas, também vão sofrer este tipo de processo. Sei que a
1259 FEPAM tem limitações em agir neste caso, mas coloco este assunto que teríamos que fazer uma avaliação.
1260 Há um movimento de no mínimo 1500 pessoas, que são atingidas por aqueles prédios que estão sendo
1261 construídos, e já estão movimentando-se, formando uma associação, e a Promotoria já está iniciando um
1262 processo nesse sentido. Mas sabemos que se não existir uma participação da discussão com a Prefeitura a
1263 coisa vai por interesses imobiliários extremamente fortes. Se a questão for olhada de uma amplitude maior e
1264 a médio prazo, é realmente preocupante. E quem conhece a zona de Capão, que está se desenvolvendo ali, é
1265 um absurdo. Em questão de um ano os prédios que surgiram, e aquela faixa de praia não permite, não tem
1266 condições de receber este aumento populacional e de resíduos, de pessoas frequentando, enfim, qualquer
1267 chuva a mais, aquela primeira avenida da praia, simplesmente a coleta do esgoto pluvial passa a virar coleta
1268 superficial. Quer dizer, vai para a praia e escorre inclusive no lençol freático. Sei que o encaminhamento não
1269 é possível pelo “quorum”, mas talvez para a próxima reunião colocar em pauta e até acionar talvez a
1270 Promotoria para ver como está sendo encaminhado nesse sentido, esta discussão. **Sr. Nilvo Luiz Alves da**
1271 **Silva:** Acho que o encaminhamento mais correto, de fato, é colocar na pauta, e, mesmo que o CONSEMA
1272 não tenha autoridade para definir questões em área urbana de Capão da Canoa, seja de fato Município, o
1273 Conselho tem toda a legitimidade de se manifestar sobre esta questão que é muito grave. Só informar que
1274 no ano passado enviei pessoalmente um ofício ao Prefeito de Capão da Canoa e ao Presidente da Câmara de
1275 Vereadores no sentido de que não aprovassem na Câmara, e que o Prefeito não sancionasse a Lei do Plano-
1276 Diretor, que de fato desconsidera completamente a questão de meio ambiente. Relega a questão ambiental a
1277 ser tratada no licenciamento de cada lote dentro do Município. Então, a situação de Capão da Canoa é muito
1278 grave. E há trabalhos que a FEPAM vem desenvolvendo, e talvez fosse interessante relatar aos senhores
1279 Conselheiros, mas agora a questão Litoral Norte é peculiar, e é a região de maior crescimento urbano no
1280 Estado, e onde temos também os principais remanescentes de Mata Atlântica. De fato, é uma região onde a
1281 dinâmica social e econômica precisa ser muito disciplinada, ainda, e onde o patrimônio ambiental é muito
1282 valioso. Portanto, parece-me que é uma preocupação mais do que legítima, o encaminhamento que nos

1283 parecer mais razoável é pautar isso numa reunião do CONSEMA, para que o CONSEMA possa tomar pé do
1284 que está acontecendo e manifestar-se formalmente a respeito da situação de Capão da Canoa, não só de
1285 Capão da Canoa, mas de outros Municípios do Litoral Norte. **Sr. Alexandre Bugin:** Acho que temos que
1286 extrapolar para o futuro, do que vai acontecer mais adiante. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:**
1287 Queria sugerir que esta reunião seja feita iniciando com a apresentação do projeto, e entra o projeto e aí
1288 delega estas questões urbanas e outros problemas que vão surgir nos próximos meses. **Sr. Nilvo Luiz Alves**
1289 **da Silva:** O PNMA está sendo desenvolvido lá também. **Sr. Presidente:** Pode ser a pauta da reunião de
1290 fevereiro. Objetivamente, já foi alterado o Plano-Diretor? **Sr. Alexandre Bugin:** Sim, no ano passado foi
1291 alterado, toda aquela região da Paraguassu em direção à praia é considerada como sendo uma zona
1292 comercial, que permite a construção de prédios. **Sr. Presidente:** Pode haver uma manifestação da Secretaria
1293 e da FEPAM, com base nos estudos técnicos que temos, adiantando o assunto, e oportuno seria uma
1294 manifestação do CONSEMA, posterior, que ela tem mais força política sobre o caso, enfim. Mas, para isso
1295 teremos que agendar este assunto em fevereiro. **Sr. Alexandre Bugin:** Tive acesso a uma legislação federal
1296 de 2001, e inclusive na legislação exige um novo estudo de impacto de vizinhança, e além do Estudo de
1297 Impacto Ambiental. **Sr. Presidente:** É o que está no Estatuto da Cidade. Então, fica um indicativo para que
1298 esse assunto seja pauta da próxima reunião do CONSEMA, agregando os programas voltados àquela região.
1299 Agradecemos a presença e encerramos a reunião. Encerram-se os trabalhos às 18h01min.